



SARDOAL
MUNICÍPIO



Relatório de Gestão
Ano 2019

Índice	
1. Nota Introdutória	4
2. Caracterização dos Recursos Humanos	5
2.1. Introdução	5
2.2. Trabalhadores	5
2.2.1. Por Cargo/Carreira	5
2.2.2. Por Género	6
2.2.3. Por Relação Jurídica de Emprego	6
2.2.4. Por Estrutura das Idades	7
2.2.5. Por Estrutura Habilitacional	7
2.2.6. Motivos de Ausência por Cargo/Carreira	8
2.2.7. Horas de Formação por Cargo/Carreira	8
2.2.8. Conclusões	8
3. Atividade Desenvolvida	9
3.1. Plano de Atividades	9
3.2. Grandes Opções do Plano	15
4. Análise da Situação Orçamental, Económica e Patrimonial	16
4.1. Ótica de Gestão Orçamental	16
4.1.1. Principais Destaques	16
4.1.2. Equilíbrio Orçamental	17
4.1.2.1. Equilíbrio Efetivo	20
4.1.2.2. Equilíbrio Orçamental Formal e Substancial	20
4.1.3. Vinculação Orçamental	21
4.2. Análise da Despesa	21
4.2.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa	21
4.2.2. Execução Orçamental da Despesa	23
4.2.3. Evolução da Despesa	23

Índice	
4.2.4 Grandes Opções do Plano	25
4.3 Análise da Receita	26
4.3.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Receita	26
4.3.2. Execução Orçamental da Receita	27
4.3.3. Evolução da Receita	28
5. Situação Económico-Financeira	29
5.1. Análise ao Balanço	29
5.1.1. Indicadores Económico-Financeiros	34
5.2. Análise da Demonstração de Resultados	36
5.2.1. Custos e Perdas	36
5.2.2. Proveitos e Ganhos	41
5.3. Dívida	46
5.3.1. Dívida Global	46
5.3.2. Evolução da Dívida	48
6. Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso	49
7. Factos Mais Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício	50
8. Proposta de Aplicação de Resultados	50

1. Nota Introdutória

Nota Prévia

Em cumprimento com o disposto no Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei 75/13, de 12 de setembro), compete ao Órgão Executivo elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas identificadas no POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - Decreto-Lei n.º 54/99, de 22 de fevereiro) e submete-los à apreciação e votação do Órgão Deliberativo.

Os documentos de prestação de contas, referente ao ano de 2019, estão de acordo com os princípios Contabilísticos previstos no POCAL, sendo as contas anuais certificadas pela sociedade ROSA LOPES, GONÇALVES MENDES & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Enquadramento

Ao longo deste documento será apresentado uma análise da situação contabilística do Município de Sardoal a 31 de dezembro de 2019, centrada nas áreas orçamental, patrimonial e de custos, reportando os níveis de endividamento e equilíbrio orçamental. O relatório de gestão procura também sintetizar as principais atividades desenvolvidas pelo Município no exercício de 2019 através da apresentação de indicadores quantitativos.

Em sede de orçamento, e considerando que o mesmo é uma previsão, pelo que, a sua concretização dependia não só da capacidade de execução do Município, mas também de fatores externos, mais concretamente, da dinâmica do quadro comunitário atual.

Principais resultados

O Município do Sardoal em 2019, destacam-se seguinte os resultados:

- Resultado Líquido Exercício negativo - € -52 069,63;
- Aumento da Dívida Total - € 719 .77,23;
- Pagamentos em atraso a mais de 90 dias – € 157.479,51,;
- Compromissos financeiros de médio/longo prazo – € 737.103,10 (juros + amortizações + outros encargos);
- Prazo médio de Pagamentos – 102 dias;

2. Caracterização dos Recursos Humanos

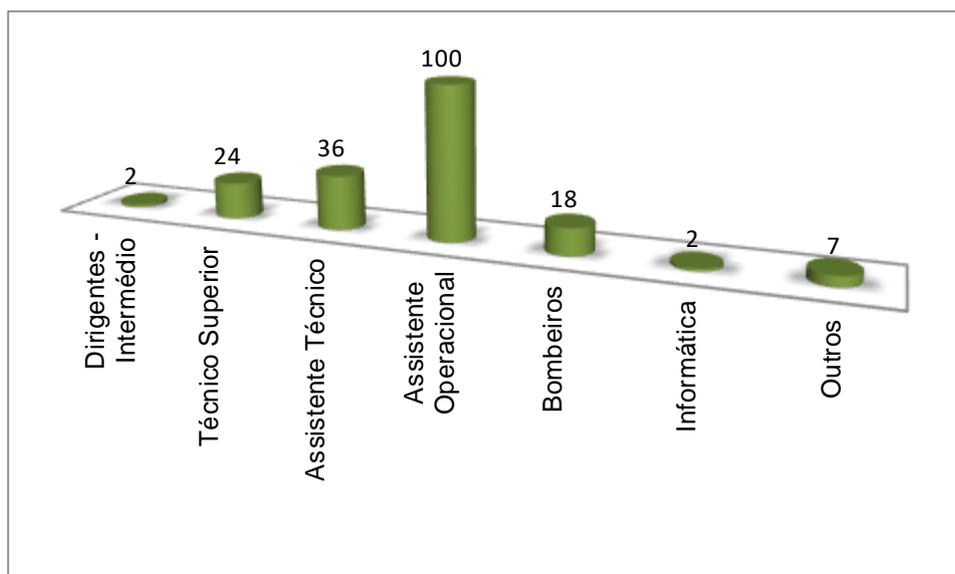
2.1. Introdução

A caracterização dos Recursos Humanos, enquanto Balanço Social, constitui um instrumento de planeamento e gestão dos recursos humanos e uma ferramenta fundamental para o conhecimento sobre a situação social do Município.

No atual contexto, de racionalização dos serviços, procuramos dar a conhecer um conjunto de indicadores da situação do Município, nesta área, proporcionando um conhecimento efetivo e global do universo dos trabalhadores do mesmo.

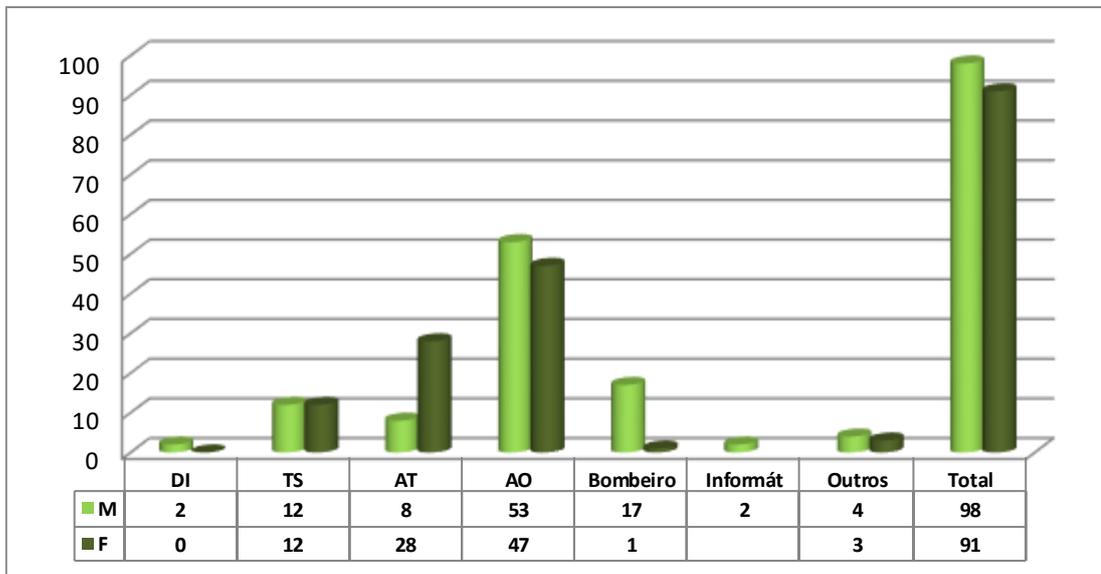
2.2. Trabalhadores

2.2.1. Por cargo/carreira



Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira

2.2.2. Por Género

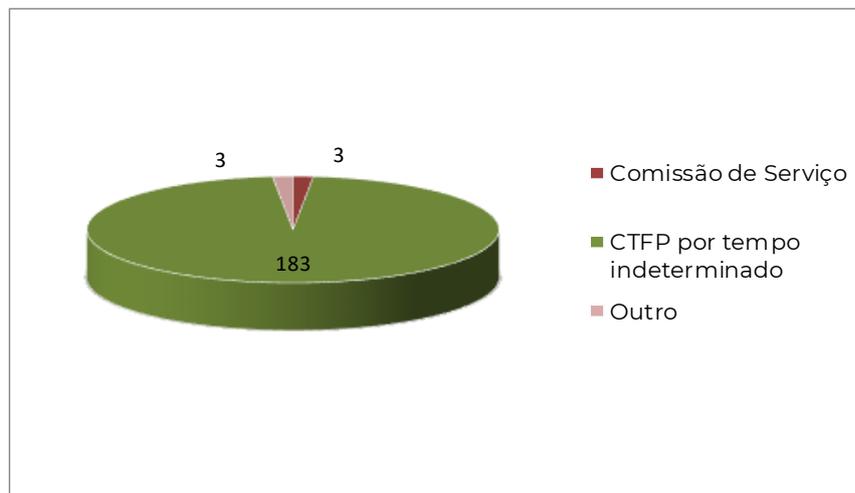


Contagem dos trabalhadores segundo género, por cargo/carreira

2.2.3. Por relação Jurídica de Emprego

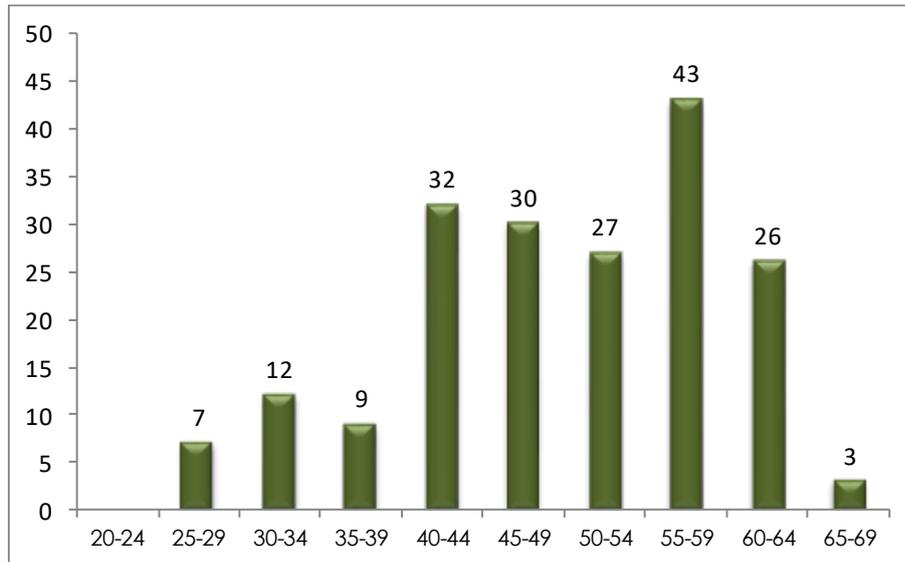
Trabalhadores segundo a relação jurídica, por cargo/carreira

Vínculo	DI	TS	AT	AO	Bombeiro	Informát	Outros	Total
Comissão de Serviço	2				1			3
CTFP por tempo indeterminado		24	36	100	17	2	4	183
Outro							3	3
Totais	2	24	36	100	18	2	7	189



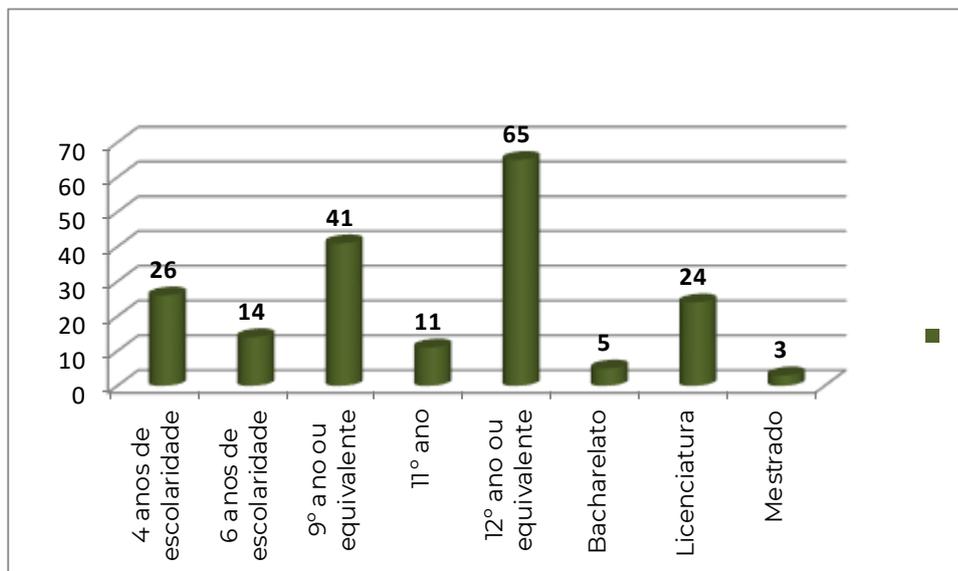
Contagem dos trabalhadores segundo relação jurídica de emprego

2.2.4. Por Estrutura das Idades



Contagem dos trabalhadores segundo escalões de idades

2.2.5. Por estrutura habilitacional

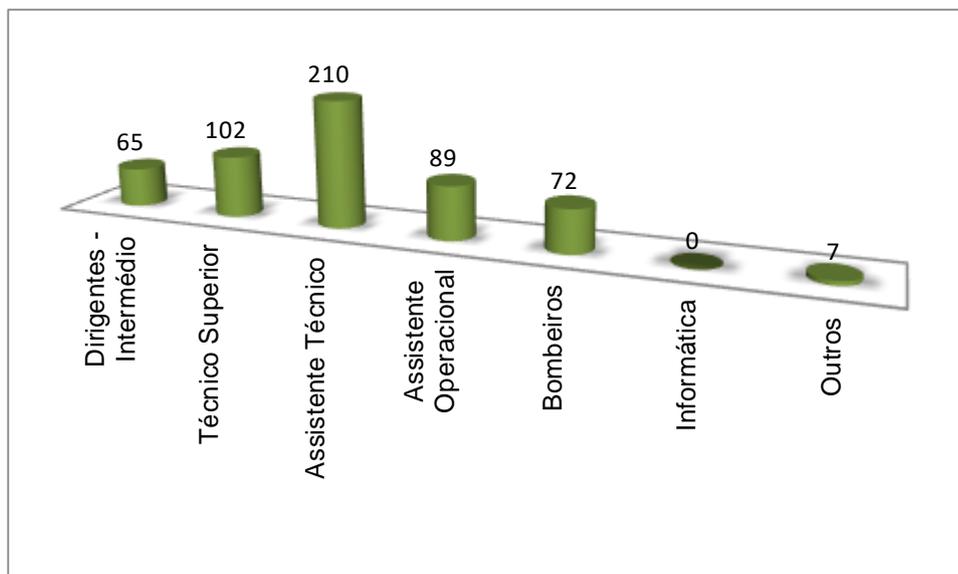


Trabalhadores segundo as habilitações

2.2.6. Motivos de ausência por cargo / carreira

Tipo de ausência	DI	TS	AT	AO	Bombeiro	Inform.	Outros	Total
Casamento	0	15	0	0	0	0	0	15
Proteção na parentalidade	0	26	21	51	38	0	243	379
Falecimento de familiar	0	1	15	52	5	0	0	73
Doença	0	136	536	2134	24	0	23	2853
Por acidente em serviço ou doença profissional	0	0	0	521	0	0	0	521
Assistência a familiares	0	10	4	51	0	0	19	84
Por conta do período de férias	2	21	32	40	0	0	7	102
Greve	0	3	11	30	2	0	0	46
Injustificadas	0	0	0	2	0	0	0	2
Totais	2	212	619	2881	69	0	292	4075

2.2.7. Horas de Formação por cargo / carreira



2.2.8. Conclusões

- No final do ano o número de trabalhadores era de 189, sendo 98 homens e 91 mulheres;
- A carreira/ cargo que predomina é a de Assistente Operacional (100 trabalhadores);
- Em relação ao regime jurídico de emprego, 97% tem CTFP por tempo indeterminado (183 Trabalhadores);

- Ao nível dos escalões de idades, 43 trabalhadores têm idades entre os 55 e 59 anos, verifica-se ainda que 29 trabalhadores têm mais de 60 anos;
- Em relação às habilitações, 65 trabalhadores possuem o 12º ano de escolaridade ou equivalente. De referir que 32 trabalhadores tem o curso superior.
- 70% das ausências são motivadas por doença, seguida por acidente em serviço que representa 13% das ausências.

3. Atividade Desenvolvida

3.1. Plano de Atividades

O reflexo da situação económica e financeira decorre de todas as atividades desenvolvidas ao longo do ano, por execução de ações inscritas nas Grandes Opções do Plano bem como da utilização de dotações corrigidas em orçamento.

A caracterização daquelas atividades numa perspetiva funcional, mostra que em 2019 deu-se continuidade ou concretizou-se o seguinte, no âmbito:

Das Funções Gerais da Administração Autárquica

- ✓ Garantimos o funcionamento dos diversos serviços do Município, nomeadamente, administrativos, financeiros, fiscalização e de obras, consubstanciando-se os mesmos na aquisição de equipamento administrativo, software e equipamento informático;
- ✓ Concluímos o projeto aprovado pelo Turismo de Portugal, IP para disponibilização de rede WiFi no centro histórico da Vila de Sardeal;
- ✓ Requalificámos a rede de dados da Câmara Municipal, incluindo a ligação com fibra de todos os edifícios onde funcionam os serviços;
- ✓ Integração do Município no capital social de 5,58% na empresa TEJO AMBIENTE – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO E.I.M., S.A;
- ✓ No domínio da **Proteção Civil e Segurança Pública**:
 - Realizámos reparações nos edifícios, em viaturas e foram adquiridos alguns equipamentos;
 - Demos continuidade ao funcionamento do Gabinete Técnico Florestal e da equipa de Sapadores Florestais, que beneficiam de subvenção por parte do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, e que no decurso das suas atividades, desenvolveu e acompanhou a execução das ações previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e do Plano Operacional Municipal;

- Continuámos a requalificar caminhos florestais numa lógica de prevenção e combate a incêndios florestais;
- Foram executadas diversas faixas de gestão de combustíveis, no âmbito do PMDFCI, tanto na rede primária como na rede secundária;
- Através do Corpo de Bombeiros Municipais de Sardeal garantimos todas as ações de proteção e socorro da população, bens e ambiente;
- Requalificámos as linhas de água afetadas pelos incêndios;

Das Funções Sociais

- ✓ No domínio da **Educação**:
 - Continuámos com a promoção de mais e melhores condições em termos de infraestruturas do Agrupamento de Escolas do Sardeal;
 - Continuámos a assegurar o circuito de transporte escolar através de viaturas do Município e também da Empresa Rodoviária do Tejo, S.A de acordo com o contrato celebrado com o Município;
 - Realizámos a viagem de estudo com estudantes do Concelho;
 - Continuámos com os programas da componente de apoio à família (CAF) e Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF);
 - Reapetrechámos as Escolas e Jardins de Infância com material didático e equipamento informático;
 - Na Biblioteca do Município demos continuidade às atividades já desenvolvidas em anos anteriores (aquisição de obras literárias no âmbito do Plano Nacional de Leitura, apresentação de livros e teatros);
 - Protagonizámos a semana da leitura e feira do livro;
 - Demos continuidade aos protocolos com o Agrupamento de Escolas de Sardeal, nomeadamente o complemento de apoio às atividades extracurriculares (AEC) no 1º Ciclo;
 - Demos continuidade ao Projeto de rastreio e correção da acuidade visual e auditiva, no ensino pré-escolar, no âmbito do sucesso escolar;
 - Disponibilizámos o programa “Escola Virtual” para todos os alunos do 1º Ciclo;
 - Demos continuidade à obra da empreitada referente à qualificação da Escola EB 2, 3 e Secundária de Sardeal.
- ✓ No domínio dos **Serviços Individuais de Saúde e Ação Social**:
 - Ao nível da **Educação**:
 - Continuámos com o Programa da Fruta Escolar, com expansão ao pré-escolar, com financiamento exclusivo da Autarquia;
 - Mantivemos o reforço na atribuição dos auxílios económicos;

- Continuámos com o Programa de Generalização das Refeições Escolares;
 - Continuámos com atribuição de refeições escolares gratuitas a todas as crianças até final do 2º ciclo;
 - Continuámos com a atribuição Bolsas de Estudo a alunos que frequentam o ensino superior, incluindo cursos TESP;
 - Atribuimos bolsas de mérito aos alunos dos 10º e 11º anos;
 - Demos continuidade à implementação do Projeto PEDIME – Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação no Médio Tejo, nomeadamente através da Educação pela Arte com os alunos do 1º Ciclo do Agrupamento;
 - Adquirimos um kit com 24 Tablets para os alunos do Pré-escolar, no âmbito da Atividade "Miúdos Digitais" integrada no Projeto PEDIME;
 - Colaborámos na Feira Medieval, iniciativa organizada pelo Agrupamento de Escolas, com a colaboração dos parceiros locais;
- Ao nível da **Habitação**:
 - Continuámos com o processo de atribuição, transferências de Habitação, Atualização de Rendas/Cálculo de Rendas;
 - Fizemos algumas obras de manutenção, conservação e requalificação nas habitações sociais.
 - Demos início aos trabalhos para elaboração do relatório sobre Estratégia Local de Habitação;
 - Assegurámos o atendimento diário aos Munícipes;
 - Reforçámos a atividade na Loja Social;
 - Continuámos a ser parceiros no Projeto de Intervenção Precoce;
 - Colaborámos no processo de atribuição do Rendimento Social de Inserção;
 - Dinamizámos a Rede Social, através do Núcleo Executivo e Conselho Local de Ação Social;
 - Colaborámos no preenchimento da base de dados concelhia, no âmbito do Programa Rede Social;
 - Canalizámos muitos dos nossos esforços em diferentes ações da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sardoal;
 - Realizámos os passeios recreativos para idosos;
 - Continuámos a atribuir incentivos à Natalidade;
 - Demos continuidade à Universidade Sénior, nas suas diferentes atividades;
 - Demos continuidade ao Protocolo com Associação Dignidade no âmbito Programa ABEM (Rede Solidária do Medicamento);

- Promovemos ações de sensibilização para as substâncias aditivas.
- Inaugurámos o Gabinete de Apoio ao Emigrante;
- Instalámos um Posto de Atendimento na Loja do Cidadão do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP);
- ✓ Relativamente ao **Abastecimento de Água e Saneamento**:
 - Fizemos algumas reparações/manutenções em toda a rede;
 - Realizámos diferentes trabalhos de manutenção das ETAR's;
 - Reparámos a edificação da comporta do paredão da Barragem da Lapa;
 - Demos início à elaboração dos projetos dos sistemas de abastecimento e saneamento (tubagem e ETAR's de Cabeça das Mós, ETAR's de Vale das Onegas e Tojalinho, abastecimento de S. Simão e abastecimento de Valhascos);
- ✓ Garantiu-se a recolha e tratamento dos **Resíduos Sólidos Urbanos**, através dos próprios recursos do Município e da Empresa Valnor, S.A;
- ✓ Continuámos com limpeza de contentores de Resíduos Sólidos Urbanos;
- ✓ Continuámos os trabalhos referente ao levantamento cadastral das infraestruturas;
- ✓ No âmbito dos **Serviços Culturais**, desenvolvemos as seguintes atividades:
 - Comemoração da data de 25 de Abril;
 - Semana Santa;
 - Dia Mundial da Criança;
 - Festas do Concelho / Mostra de Produtos Locais;
 - Boletim Municipal e Notas à Imprensa;
 - Feiras e Mercados;
 - Exposições, Cinema, Música, Teatro e Dança;
 - Cinema ao ar livre;
 - Colóquios e Ações de Formação;
 - Médio Tejo Digital;
 - Sardoaal JAZZ;
 - Rede EUNICE (em parceria com o Teatro Nacional D. Maria II);
 - Festival Internacional de Piano;
 - Concurso de Prosa e Poesia;
 - Feira do Livro de Natal;
 - Caminhos da Pedra;
 - Realizámos a Festa do Bodo;
- ✓ Apoiámos a realização de um programa de OTL, subordinado a temas culturais "Lendas e tradições";
- ✓ No âmbito do **Turismo**:

- Continuámos com os trabalhos do Plano Estratégico do Turismo Religioso;
 - Realizámos/promovemos diversas visitas ao Património de interesse cultural e turístico em articulação com a Santa Casa da Misericórdia e Fábrica da Igreja;
 - Demos continuidade às obras de requalificação da Capela de N. S^a do Carmo, no âmbito do projeto do Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património;
 - Participámos novamente, apresentando o Município e suas potencialidades turísticas na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) e no VI Workshop de Turismo Religioso em Fátima;
 - Participámos também no Congresso Internacional de Cidades Santuário em Fátima;
- ✓ Na área do **Desporto e Recreio**:
- Realizámos trabalhos de manutenção no complexo desportivo, e demos cumprimento aos respetivos imperativos legais (inspeção/certificação de equipamentos);
 - Dinamizámos o programa de Férias Desportivas para crianças e jovens;
 - Dinamizámos diversas atividades na Piscina Coberta, com aulas de natação, hidrosénior e hidroginástica;
 - Apoiámos a realização de ATL em parceria com o Agrupamento de Escolas e Associação de Pais;
 - Realizámos as “III Jornadas do Associativismo”, em parceria com a Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém (FAJUDIS), e Instituto Português do Desporto e da Juventude subordinadas ao tema – Inovação;
 - Realizámos o “VI Trail Terras do Sardão”;
 - Realizámos trabalhos de manutenção das infraestruturas e equipamentos na Área de Lazer da Lapa;
 - Concluímos o apoio ao Grupo Desportivo de Alcaravela no âmbito da candidatura ao programa PRID (Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas), promovido pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude;
 - Apoiámos a realização do estágio da Federação Portuguesa de Orientação – OriBTT e o 6º ORI Jovem/Junior, ORI-BTT em Valhascos;
 - Promovemos os nossos Percursos Pedestres, com a dinamização de diferentes passeios e realizámos a Rota das Árvores Emblemáticas em BTT;
 - Apoiámos a realização do Mósferias;
 - Continuámos com a colaboração na dinamização e promoção da Rota da N2;

- Iniciámos a requalificação da Piscina Descoberta no âmbito do Programa BEM – Beneficiação de Equipamentos Municipais;
- Colocámos mesas no jardim da Tapada da Torre;
- Colocámos caixotes do lixo com beateiras e dispensadores de sacos plástico na Vila;
- ✓ Na área da **Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza:**
 - Efetuámos campanhas de sensibilização, no sentido de alertar e ensinar a população a não ter comportamentos de risco, em defesa do meio ambiente e da natureza;
 - Promovemos atividades de voluntariado no âmbito do Programa de Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas do Instituto Português do Desporto e da Juventude.
 - Demos continuidade aos trabalhos de manutenção dos 4 cemitérios propriedade do Município (Sardoal, Cabeça das Mós, Andreus e S. Simão);
- ✓ Analisámos as candidaturas e demos diferentes apoios, às coletividades do Concelho, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.

Das Funções Económicas

- ✓ Na vertente de **Indústria e Energia:**
 - Em conjunto com a EDP, demos continuidade a ampliação e racionalização da rede de IP com a substituição de luminárias para tecnologia LED;
 - Participámos em projetos promovidos pela Médio Tejo 21;
- ✓ Relativamente aos **Transportes e Comunicações:**
 - Desenvolvemos diversas ações de urbanização e de melhoria dos arruamentos, vias de comunicação e sinalética;
 - Substituímos diversa sinalização vertical degradada em diversos pontos do Concelho;
 - Repusemos a sinalização destruída na sequência dos incêndios de 2017, através do Fundo de Emergência Municipal (Monte Cimeiro, Saramaga, Vale formoso, Vale das Onegas);
 - Continuámos com o sistema de Transporte a Pedido, em parceria com a CIMT;
 - Construámos novos abrigos de passageiros e realizámos trabalhos de manutenção nos existentes;
 - Implementámos o Parque de Estacionamento de Autocaravanas;
- ✓ Dinamizámos o Mercado Municipal através do Gabinete de Apoio ao Empresário e em parceria com a Tagus, na promoção dos produtos endógenos;

- ✓ Dinamizámos o espaço Cá da Terra nas suas vertentes de comercialização, promoção, e workshop's dos produtos locais e exposições relacionadas com a história e cultura do Concelho;
- ✓ Realizámos a iniciativa de mostra de Árvores de Natal em parceria com Comércio local e paróquias;
- ✓ Continuámos a estabelecer parcerias e organizar diversas iniciativas no âmbito do Gabinete de Apoio ao Empresário;
- ✓ Continuámos com a dinamização do espaço EMPREENDE e do espaço ArtOf;

Das Outras Funções:

- ✓ Tal como tem acontecido em anos anteriores, destacamos novamente, a satisfação do serviço da dívida ao longo de 2019, decorrente dos Empréstimos de Médio e Longo Prazos contratados;
- ✓ Elaborámos e operacionalizámos acordos de execução com as Juntas de Freguesia.

3.2. Grandes Opções do Plano

A execução anual das Grandes Opções do Plano, totalizaram o valor de **€ 3.261.927,20**, sendo que no Plano Plurianual de Investimentos o valor ascendeu a € 1.548.123,33e nas Atividades Mais Relevantes o valor de € 1.713.803,87.

De referir que as GOP's registaram um nível de execução anual de 81%. Já ao nível do PPI a taxa foi de 81% e as AMR a taxa foi de 80%.

Comparando com o ano anterior, as GOP's registaram um aumento no valor de 1,105 milhões de euros, correspondente a uma variação de 51,26%, sendo que o PPI aumentou em 235,20%, e por sua vez as AMR apenas registaram um aumento de 1,13%.

A Função "**Social**" representa um peso de 45%, sendo evidenciada pela função "**Ensino não superior**" com um peso de 32%. Nesta função que está incluída a empreitada da obra de requalificação da Escola EB 2/3 e secundária de Sardeal.

Em segundo lugar posiciona-se a Função "**Outras Funções**" com um peso de 40%, estando incluída a função "**Operações da Dívida Autárquica**" com um peso de 38%, cuja origem advém do reconhecimento das Amortizações dos Empréstimos contraídos pelo Município.

Classificação funcional da despesa

Descrição	MONTANTE EXECUTADO NO ANO								
	2 018		2 019				TOTAL	Exe.Tot	Peso
	PPI	AMR	PPI	Exe.PPI	AMR	Exe.AMR			
1 Funções Gerais	198 488,45	52 041,00	165 062,95	69%	66 043,00	77%	231 105,95	71%	7%
1.1.0 Serviços Gerais da Administração P	89 512,09	34 041,00	112 150,39	68%	48 043,00	71%	160 193,39	69%	5%
1.1.1 Administração geral	89 512,09	34 041,00	112 150,39	68%	48 043,00	71%	160 193,39	69%	5%
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	108 976,36	18 000,00	52 912,56	73%	18 000,00	100%	70 912,56	78%	2%
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	108 976,36	18 000,00	52 912,56	73%	18 000,00	100%	70 912,56	78%	2%
2 Funções Sociais	146 586,35	314 844,15	1 119 872,42	85%	333 509,83	66%	1 453 382,25	80%	45%
2.1.0 Educação	70 331,08	98 025,86	991 995,16	96%	142 846,99	74%	1 134 842,15	92%	35%
2.1.1 Ensino não superior	63 433,28	9 571,03	980 140,28	96%	69 447,82	83%	1 049 588,10	95%	32%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	6 897,80	88 454,83	11 854,88	69%	73 399,17	67%	85 254,05	68%	3%
2.3.0 Segurança e Acção Sociais	2 060,82	43 047,15	610,46	26%	23 200,00	65%	23 810,46	62%	1%
2.3.2 Acção social	2 060,82	43 047,15	610,46	26%	23 200,00	65%	23 810,46	62%	1%
2.4.0 Habitação e Serviços Colectivos	14 531,15	8 400,00	36 698,40	31%	7 700,00	92%	44 398,40	35%	1%
2.4.1 Habitação									
2.4.2 Ordenamento do território	4 721,27		10 924,47	57%			10 924,47	57%	0%
2.4.3 Saneamento	2 377,41								
2.4.4 Abastecimento de água	388,68		19 251,73	59%			19 251,73	59%	1%
2.4.5 Resíduos sólidos	7 043,79		6 020,48	21%			6 020,48	21%	0%
2.4.6 Protecção do meio ambiente		8 400,00	501,72	56%	7 700,00	92%	8 201,72	88%	0%
2.5.0 Serviços Culturais, Recreativos e R	59 663,30	165 371,14	90 568,40	57%	159 762,84	60%	250 331,24	59%	8%
2.5.1 Cultura	38 450,88	148 036,14	13 888,47	61%	129 240,51	58%	143 128,98	59%	4%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	21 212,42	17 335,00	76 679,93	56%	30 522,33	68%	107 202,26	59%	3%
3 Funções Económicas	81 768,23	27 610,00	243 140,86	79%	26 352,57	12%	269 493,43	52%	8%
3.1.0 Agricultura, Silvicultura Pecuária e	7 773,60	2 460,00	69 275,37	100%			69 275,37	33%	2%
3.2.0 Indústria e Energia	1 448,43		690,65	55%			690,65	55%	0%
3.3.0 Transportes e Comunicações	72 296,20		50 188,50	90%			50 188,50	90%	2%
3.3.1 Transportes rodoviários	72 296,20		50 188,50	90%			50 188,50	90%	2%
3.4.0 Comércio e Turismo	250,00	8 239,77	113 023,34	67%	4,92	1%	113 028,26	66%	3%
3.4.1 Mercados e feiras									
3.4.2 Turismo	250,00	8 239,77	113 023,34	67%	4,92	1%	113 028,26	66%	3%
3.5.0 Outras funções económicas		16 910,23	9 963,00	90%	26 347,65	36%	36 310,65	43%	1%
4 Outras Funções	35 003,61	1 300 094,81	20 047,10	42%	1 287 898,47	97%	1 307 945,57	95%	40%
4.1.0 Operações da Dívida Autárquica		1 248 618,94			1 233 336,38	99%	1 233 336,38	99%	37%
4.2.0 Transferências entre Administraçõ		51 475,87			54 562,09	60%	54 562,09	60%	2%
4.3.0 Diversas não especificadas	35 003,61		20 047,10	42%			20 047,10	42%	1%
Total	461 846,64	1 694 589,96	1 548 123,33	81%	1 713 803,87	80%	3 261 927,20	81%	100%
Diferença 2019 - 2018			1 086 276,69		19 213,91		1 105 490,60		

4. Análise da Situação Orçamental, Económica e Patrimonial

4.1. Ótica de Gestão Orçamental

4.1.1. Principais Destaques

O orçamento de 2019, antes de qualquer análise mais detalhada, carece de referência à sua execução seja em termos de valor absoluto ou percentual.

Os rácios orçamentais registaram, em 2019, valores que demonstram que se continuou a manter um efetivo controlo do orçamento, uma vez que ao nível da execução da receita total registou um aumento de 16% face a 2018, no âmbito da despesa também registou um aumento de 14%.

Indicadores

Indicador	2016	2017	2018	2019
Receita				
Crescimento da receita total	10%	5%	2%	16%
Receitas correntes / Receitas totais	78%	77%	76%	65%
Crescimento das receitas correntes	-2%	4%	1%	-1%
Receitas fiscais / Receitas correntes	7%	7%	8%	8%
Receitas correntes executadas / Receitas correntes orça	86%	85%	87%	77%
Despesa				
Crescimento da despesa total	0%	14%	0%	14%
Despesas correntes / Despesa total	80%	71%	75%	65%
Crescimento das despesas correntes	5%	2%	6%	-2%
Despesas com pessoal / Despesas correntes	59%	59%	57%	68%
Despesas correntes executadas / Despesas correntes or	88%	87%	85%	80%
Equilíbrio orçamental e Dívida				
Saldo corrente / Receitas correntes	7%	8%	4%	5%
Serviço da dívida / Receitas correntes	18%	18%	23%	23%

O peso das “**receitas correntes**” face ao total diminuíram em 11% comparado com o ano de 2018, registando um resultado de 65%.

As **receitas fiscais** face às receitas correntes mantiveram-se, tendo as mesmas registado um peso de 8%.

Em relação à despesa total e considerando que a análise é feita à execução (pagamentos), podemos verificar que o peso das “**despesas correntes**” representam 65% do total das mesmas, tendo-se verificado uma diminuição de 10%.

O peso das **despesas com o pessoal**, aumentaram 11%, face ao ano 2018, representando agora 68% da despesa corrente.

Em relação à execução das **despesas correntes** verificamos uma diminuição de 5% face às despesas orçamentadas, com a execução de 80%, ficando 3% acima da execução das receitas correntes, 77%.

4.1.2. Equilíbrio Orçamental

Com a entrada em vigor da nova Lei das finanças locais, o **equilíbrio orçamental** pressupõe que a receita corrente bruta cobrada seja pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. É referido ainda que o resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5 % das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

O cálculo das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, nos termos do n.º 4 do artigo 40º da Lei n.º 73/2013 de 3 setembro, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.

Face ao exposto apresenta-se demonstração do cálculo das mesmas:

Amortizações médias de empréstimos

Descrição	Div a	anos	Data da	Capital	valor	2019
	01/01/2014	em falta	Contratualiz.	Contratado	utilizado 31/dez	
[7] - 0750/000636/891 - Invest./SB - Barragem Lapa	176 288,84	6				29 381,49
[9] - 0750/000638/491 - Investimento III QCA	525 031,63	6				87 505,27
[11] - 0750/000645/791 - Emp. P/Investim. DTL	398 564,34	8				49 820,54
[12] - 9015/003033/891 - Fin. Diversos Projectos	703 740,34	9				78 193,37
[13] - 9140/013374/691 - Centro Cultural	260 908,50	11				23 718,95
[14] - 9140/013555/291 - Linha Crédito a Incêndios	52 537,81	6				8 756,30
[15] - 9015/004310/391 - Vários Projectos	338 114,66	12				28 176,22
[16] - 9015/004626/991 - C.Cult./Sub.Cond.Andreus	85 661,74	12				7 138,48
[19] - 0770017216 - R. Sobreiros e Mº José Batista	28 673,22	14				2 048,09
[20] - 0770024433 - Diversos Projectos	443 559,98	14				31 682,86
[21] - 0770030593 - Projectos Diversos	374 859,48	16				23 428,72
[27] Repavim. Subst. Cond Panascos e Valhascos		15	04/08/2016	632 319,00	628 878,67	41 998,82
[29] Casos Novos e Zona histórica		8	09/03/2017	236 700,00	204 652,64	27 299,36
[30] Escola Básica 1,2,3 e S de Sardoal		20	09/03/2017	934 582,64	934 582,64	51 280,68
[32] Substituição da Dívida - AVT		3	05/06/2018	196 311,94	196 311,94	65 437,31
[33] Substituição da Dívida - PAEL		10	04/06/2018	305 117,69	289 115,71	28 911,57
	4 752 069,49			2 305 031,27	2 253 541,60	584 778,03

Em relação ao equilíbrio orçamental verifica-se que o mesmo está em **desequilíbrio**, registando um valor de € 314.611,59, sendo superior ao estipulado na Lei n.º 75/2013, artigo 40º, em que apenas se podará estar em **desequilíbrio** até ao valor máximo de 5% das receitas correntes, neste caso até ao valor € 272.881,67, o qual deverá ser compensado no ano seguinte.

Apesar do exposto as receitas correntes cobradas são superiores às despesas correntes.

Considerando ainda que no ano anterior o **desequilíbrio** já persistiu, pelo que se deveria repor o valor de € 276.146,26.

Assim concluímos que no ano de 2019 o **desequilíbrio** foi de € 590.757,85, podendo o mesmo ser apenas no valor de € 272 881,67.

O **desequilíbrio** existente já vem de alguns anos atrás, podendo concluir-se que o mesmo se deve designadamente ao facto nos últimos anos terem sido publicadas algumas Leis que tem contribuído para este **desequilíbrio**, apesar de na sua generalidade serem favoráveis para o Município, e para o desenvolvimento económico e social, mas para este equilíbrio são penalizadoras, nomeadamente:

- Possibilidade de contrair empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia, neste caso estamos a referir ao empréstimo aprovado para a requalificação da escola EB 2/3 e secundária de Sardeal, cujo o valor anual é de 51 mil euros;
- Possibilidade de contrair empréstimos no âmbito das “Operações de substituição de dívida” referente a abastecimento de água e saneamento (artigo 101º do OE 2019,). Neste caso o valor é de 65 mil euros;
- Também a Lei n.º 112/2017 de 29 de dezembro que estabeleceu o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários, permitiu que o Município regularizasse cerca de 45 postos de trabalho, implicando um aumento de custos com o pessoal em cerca de 400 mil euros. Ao valor mencionado anteriormente podemos reduzi-lo em cerca de 200 mil euros uma vez que tal situação originou a diminuição dos contratos de prestação de serviços;

Abaixo apresenta-se mapa do cálculo do referido princípio:

Equilíbrio Orçamental

Equilíbrio art. 40.º Lei 73/2013			
Receita corrente cobrada bruta	2019	2018	Diferença
>=			
Despesa corrente + amortização média			
Receita corrente cobrada bruta	5 457 633,39	5 522 925,12	65 291,73
Despesa corrente	5 187 466,95	5 279 671,34	-92 204,39
Amortizações médias	584 778,03	689 889,28	-105 111,25
Sub_total	-314 611,59	-446 635,50	-132 023,91
Valor a Compensar referente ao ano anterior	276 146,26	(5% da receita corrente)	
Equilíbrio			
Desequilíbrio	590 757,85		
Limite -5% das receitas correntes*	272 881,67		
*o excesso deverá ser compensado no ano seguinte (n.º3, art.º 40º)			

No âmbito da poupança corrente podemos verificar que a mesma registou uma melhoria no valor de € 26.912,66, face ao ano de 2018. Apesar de se verificar que as receitas correntes diminuíram em cerca de 65 mil euros, mas como as despesas correntes também diminuíram em cerca de 92 mil euros, sendo a esta diminuição superior à das receitas correntes originando a referida melhoria.

Poupança corrente do exercício

Designação	2019	2018	Variação
Receita corrente executada	5 457 633,39	5 522 925,12	-65 291,73
Despesa corrente executada	5 187 466,95	5 279 671,34	-92 204,39
Poupança corrente executada	270 166,44	243 253,78	26 912,66
Dívida corrente transitada da gerência anterior	711 754,18	595 816,98	115 937,20
Dívida corrente transitada para a gerência seguinte	996 944,18	711 754,18	285 190,00
Receita corrente liquidada e não cobrada do exercício	83 301,40	68 375,95	14 925,45
Poupança corrente do exercício	68 277,84	195 692,53	-127 414,69

A poupança corrente do exercício registou um valor positivo de € 68.277,84, registando uma diminuição de € 127 414,69, face a 2018.

4.1.2.1. Equilíbrio Efetivo

Na elaboração do orçamento de 2019 procurou-se respeitar o equilíbrio efetivo, sustentando todas as despesas efetivas (despesas excluídas dos ativos e dos passivos financeiros) por receitas efetivas (receitas com exclusão de ativos e passivos financeiros), em obediência à regra da boa gestão financeira e da proteção dos ativos patrimoniais.

Saldo global efetivo

Designação	2019	2018	Variação
Receitas correntes	5 457 633,39	5 522 925,12	-65 291,73
Receitas de capital (efetivas)	2 707 353,39	1 643 393,58	1 063 959,81
Receita efetiva	8 164 986,78	7 166 318,70	998 668,08
Despesas correntes	5 187 466,95	5 279 671,34	-92 204,39
Despesas de capital (efetivas)	2 820 932,08	1 718 705,16	1 102 226,92
Despesa efetiva	8 008 399,03	6 998 376,50	1 010 022,53
Saldo corrente	270 166,44	243 253,78	26 912,66
Saldo de capital	-113 578,69	-75 311,58	-38 267,11
Saldo global efetivo	156 587,75	167 942,20	-11 354,45

No mapa anterior podemos verificar que o saldo global efetivo regista um valor positivo de € 156.587,75. Para tal contribui o saldo corrente positivo no valor de € 270.166,44 enquanto o saldo de capital regista um valor negativo de € 113.578,69.

Podemos ainda verificar que o saldo global efetivo apresenta uma variação negativa no valor de € 11.354,45 face a 2018.

4.1.2.2. Equilíbrio Orçamental Formal e Substancial

Referente ao equilíbrio orçamental formal podemos verificar que as receitas cobradas são superiores às despesas pagas em 5%.

Já em relação ao equilíbrio orçamental substancial, verificamos que as receitas cobradas representam 91% da soma das despesas pagas com a dívida a terceiros, sendo que o resultado é igual ao ano de 2018.

Equilíbrio Orçamental Formal / Substancial

	2016	2017	2018	2019
Receitas Totais	6 693 731,26	7 060 314,20	7 228 171,31	8 401 181,02
Despesas Totais	6 128 192,81	7 003 394,69	6 998 376,50	8 008 399,03
Equilíbrio Orçamental Formal	109%	101%	103%	105%
Receitas Totais	6 693 731,26	7 060 314,20	7 228 171,31	8 401 181,02
Despesas Totais	6 128 192,81	7 003 394,69	6 998 376,50	8 008 399,03
Div Terceiros a 31 Dez (orçamental)	710 289,84	711 090,64	949 578,64	1 194 109,78
Equilíbrio Orçamental Substancial	98%	92%	91%	91%

4.1.3. Vinculação Orçamental

Outra vertente a nível orçamental que devemos analisar é a vinculação orçamental, isto é, os custos assumidos fixos que se vinculam automaticamente ao orçamento.

Vinculação Orçamental

	2016	2017	2018	2019
Custos com o Pessoal	2 861 541,47	2 930 895,02	3 033 975,49	3 531 731,98
Juros	54 905,69	40 716,38	48 488,05	35 935,22
Passivos Financeiros	890 203,58	916 755,79	1 218 786,51	1 206 188,99
Div a Terceiros do ano anterior	877 759,19	710 289,84	711 090,64	949 578,64
Total	4 684 409,93	4 598 657,03	5 012 340,69	5 723 434,83
Disponibilidades Orçamentais	7 612 778,53	8 043 952,61	8 184 086,90	9 338 412,89
Saldo da Gerência anterior	539,00	565 651,00	60 126,00	235 341,00
Total	7 613 317,53	8 609 603,61	8 244 212,90	9 573 753,89
% da Receita Vinculada	62%	53%	61%	60%
% da Receita não Vinculada	38%	47%	39%	40%

Referente à vinculação orçamental verificamos que 60% da receita fica vinculada aos custos assumidos fixos, registando uma diminuição de 1% face a 2018, o que podemos concluir que o Município dispõe de 40% do orçamento para realizar “nova” despesa, estando em causa cerca de 3,850 milhões de euros.

4.2. Análise da Despesa

4.2.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa

No decurso do ano de 2019, registaram-se 24 modificações orçamentais, sendo 20 alterações e quatro revisões, que, no seu conjunto, determinaram uma diminuição no valor global do orçamento em cerca de 2,252 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 19%, passando o valor do orçamento de € 11.918.737,00 para € 9.665.976,00.

Os reforços mais significativos registaram-se na rubrica “**Passivos Financeiros**” que totalizaram cerca de € 540 mil euros. De referir que os mesmos foram relativos aos reembolsos de empréstimos, nomeadamente o de curto prazo no valor de 485 mil euros,

Em relação às reduções, destaque para a rubrica “**Aquisição de bens de capital**”, que registou uma redução de 2,676 milhões euros. Para esta diminuição contribuíram a desorçamentação, nomeadamente das seguintes obras:

- Requalificação da Escola Básica 1,2,3 e Secundária Sardoal no valor de 2,320 milhões de euros;
- Requalificação da Piscina Descoberta no valor de 120 mil euros;
- Projeto de Eficiência energética da piscina coberta no valor de 102 mil euros;

Mais se informa que os valores mencionados anteriormente foram considerados no orçamento do ano de 2020, sendo que as obras da escola e piscina descoberta já estão a decorrer.

Destaca-se ainda a redução da rubrica “**Aquisição de bens e serviços**” no valor de 333 mil euros. Para a referida redução contribui a desorçamentação nomeadamente de dois projetos:

- Estabilização de emergência pós-incêndio no valor de 258 mil euros, uma vez que foi orçamentado no valor de 398 mil euros, tendo apenas sido necessário o valor de 140 mil euros;
- Projeto dos conteúdos referente ao Centro de Interpretação da Semana Santa no valor de 55 mil euros.

Alterações e revisões orçamentais segundo a natureza económica

Capítulos	Dotação Inicial	Alterações	Dotação final		%
			Valor	Peso	
Despesas com pessoal	3 502 773,00	118 412,87	3 621 185,87	37%	3%
Aquisição de bens e serviços	2 605 923,00	-333 873,35	2 272 049,65	24%	-13%
Juros e outros encargos	51 381,00	207,85	51 588,85	1%	0%
Transferências correntes	294 649,00	77 725,63	372 374,63	4%	26%
Subsídios	3 237,00	3 300,00	6 537,00	0%	102%
Outras despesas correntes	100 719,00	22 120,00	122 839,00	1%	22%
Despesas correntes	6 558 682,00	-112 107,00	6 446 575,00	67%	-2%
Aquisição de bens de capital	4 586 631,00	-2 676 522,95	1 910 108,05	20%	-58%
Transferências de capital	35 000,00	-4 580,00	30 420,00	0%	-13%
Ativos financeiros	66 691,00	805,00	67 496,00	1%	1%
Passivos financeiros	671 733,00	539 640,95	1 211 373,95	13%	80%
Despesas de capital	5 360 055,00	-2 140 657,00	3 219 398,00	33%	-40%
Total	11 918 737,00	-2 252 764,00	9 665 973,00	100%	-19%

4.2.2. Execução Orçamental da Despesa

Em relação à execução orçamental podemos verificar que a mesma registou um total de 83%, sendo que a despesa corrente registou uma execução de 81% e a despesa de capital de 88%.

Verificamos ainda que ficou por executar o valor de 1,657 milhões de euros.

Em termos de execução, os desvios mais significativos foram registados na rubrica de “**Aquisição de bens e serviços**”, no montante 970 mil euros.

Em relação à despesa paga podemos verificar que houve um aumento no valor em cerca de € 1,010 milhões de euros face a 2018, tendo-se atingido o valor € 8,008 milhões de euros.

Em relação à dívida comprometida e não paga, o valor ascende a cerca de 1,194 milhões de euros sendo a rubrica “**Aquisição de bens e serviços**” a que maior valor apresenta, 792 mil euros.

Despesa por classificação económica

Capítulos	2016	2017	2018	Despesa	Despesa	Despesa	Desvio	Taxa de execução	Despesa realizada e não paga
				Orçada	comprometida/ Realizada	Paga			
				1	2	3	4 = 3 - 1	5 = 3 / 1	6 = 2 - 3
Despesas com pessoal	2 861 541,47	2 930 895,02	3 033 975,49	3 621 185,87	3 597 737,53	3 531 731,98	-89 453,89	98%	66 005,55
Aquisição de bens e serviços	1 495 851,92	1 669 016,39	1 849 978,91	2 272 049,65	2 094 796,36	1 301 833,61	-970 216,04	57%	792 962,75
Juros e outros encargos	54 905,69	40 716,38	48 488,05	51 588,85	44 663,18	35 935,22	-15 653,63	70%	8 727,96
Transferências correntes	344 218,78	249 436,21	248 370,30	372 374,63	339 530,01	250 198,48	-122 176,15	67%	89 331,53
Subsídios	3 370,00	760,00	5 021,00	6 537,00	4 408,50	2 358,50	-4 178,50	36%	2 050,00
Outras despesas correntes	113 011,34	99 500,79	93 837,59	122 839,00	103 275,55	65 409,16	-57 429,84	53%	37 866,39
Despesas correntes	4 872 899,20	4 990 324,79	5 279 671,34	6 446 575,00	6 184 411,13	5 187 466,95	-1 259 108,05	81%	996 944,18
Aquisição de bens de capital	298 304,56	1 034 956,63	461 846,64	1 910 108,05	1 713 995,38	1 548 125,43	-361 982,62	81%	165 869,95
Transferências de capital	27 881,47	22 453,48	4 031,01	30 420,00	30 418,31	18 574,66	-11 845,34	61%	11 843,65
Ativos financeiros	38 904,00	38 904,00	34 041,00	67 496,00	67 495,00	48 043,00	-19 453,00	71%	19 452,00
Passivos financeiros	890 203,58	916 755,79	1 218 786,51	1 211 373,95	1 206 188,99	1 206 188,99	-5 184,96	100%	
Despesas de capital	1 255 293,61	2 013 069,90	1 718 705,16	3 219 398,00	3 018 097,68	2 820 932,08	-398 465,92	88%	197 165,60
Total	6 128 192,81	7 003 394,69	6 998 376,50	9 665 973,00	9 202 508,81	8 008 399,03	-1 657 573,97	83%	1 194 109,78
Diferença	1 880 206,22	1 005 004,34	1 010 022,53						

4.2.3. Evolução da Despesa

Da diferença entre a despesa realizada e a despesa paga em 2019 resulta uma dívida total a transitar para o ano de 2020 de € 1.194.109,78.

As “**despesas correntes**” totalizaram o valor de € 5.187.466,95 em 2019, registando uma diminuição € 192.985,61.

Em relação às “**despesas de capital**” as mesmas totalizaram o valor de € 2.820.932,08, tendo registado um aumento no valor de € 1.061.568,06.

A análise da estrutura das “**despesas correntes**” permite realçar a importância das “**despesas com pessoal**”, que representam 39% na despesa realizada, e 44% na despesa paga,

registando um aumento de 16% face ao ano de 2018, com uma taxa de execução de pagamentos de 98%.

Esta rubrica, em conjunto com a das “**aquisições de bens e serviços e bens de capital**”, representam 82% da despesa paga.

Em relação à rubrica que registou a maior variação positiva em valor absoluto, face a 2018, foi a rubrica “**Aquisição de bens de capital**” no valor de € 1.086.278,79, totalizando o valor de € 1.548.125,43.

Como já foi dito anteriormente também aqui foi a empreitada da requalificação da Escola EB 2,3 e secundária de Sardoal que contribuiu para este resultado.

Em sentido contrário a rubrica que registou a maior variação negativa em valor absoluto, face a 2018, foi a rubrica “**Aquisição de bens e serviços**” no valor de € 548.145,30, representando uma diminuição de 30%, totalizando o valor de € 1.301.833,61.

Evolução da despesa global realizada e paga

Capítulos	Despesa Paga			Variação		Realizado			Variação	
	2019	Peso	2018	Peso	18 - 19	2019	Peso	2018	Peso	18 - 19
Despesas com pessoal	3 531 731,98	44%	3 033 975,49	43%	16%	3 597 737,53	39%	3 043 820,11	38%	18%
Aquisição de bens e serviços	1 301 833,61	16%	1 849 978,91	26%	-30%	2 094 796,36	23%	2 461 896,87	31%	-15%
Juros e outros encargos	35 935,22	0%	48 488,05	1%	-26%	44 663,18	0%	51 757,87	1%	-14%
Transferências correntes	250 198,48	3%	248 370,30	4%	1%	339 530,01	4%	310 206,23	4%	9%
Subsídios	2 358,50	0%	5 021,00	0%	-53%	4 408,50	0%	6 989,50	0%	-37%
Outras despesas correntes	65 409,16	1%	93 837,59	0%	-30%	103 275,55	1%	116 754,94	0%	-12%
Despesas correntes	5 187 466,95	65%	5 279 671,34	75%	-2%	6 184 411,13	67%	5 991 425,52	74%	3%
Aquisição de bens de capital	1 548 125,43	19%	461 846,64	7%	235%	1 713 995,38	19%	647 532,44	8%	165%
Transferências de capital	18 574,66	0%	4 031,01	0%	361%	30 418,31	0%	14 605,67	0%	108%
Ativos financeiros	48 043,00	2%	34 041,00	0%	41%	67 495,00	2%	34 041,00	0%	98%
Passivos financeiros	1 206 188,99	15%	1 218 786,51	17%	-1%	1 206 188,99	13%	1 260 350,51	16%	-4%
Despesas de capital	2 820 932,08	35%	1 718 705,16	25%	64%	3 018 097,68	35%	1 956 529,62	25%	54%
Total	8 008 399,03	100%	6 998 376,50	100%	14%	9 202 508,81	102%	7 947 955,14	100%	16%

Em relação às “**Despesas com o Pessoal**” verificamos que existiu um aumento de 16%, no valor de € 497.756,49.

A rubrica “**Pessoal Quadros-Regime contrato individual trabalho**” foi a que mais contribuiu para o referido aumento, registando uma variação em termos absolutos no valor de € 381.538,94. O referido aumento foi motivado pelo facto de terem sido integradas no quadro do pessoal do município cerca de 45 trabalhadores referente ao programa de regularização extraordinária dos vínculos precários.

Podemos ainda verificar que todas as grandes rubricas, “**Remunerações Certas e Permanentes**”, “**Abonos Variáveis e Eventuais**” e “**Segurança Social**” registaram aumentos de 17%, 15% e 14% respetivamente.

Em sentido contrário podemos verificar que as rubricas “Pessoal contratado a termo”, e “Pessoal em regime de tarefa ou avença” registaram diminuições no valor € 55.901,10 e de € 62.317,43 respetivamente. Como já foi referido, estas reduções foram motivadas pelo facto dos intervenientes terem sido integrados no quadro do pessoal do Município.

Evolução das despesas com pessoal

Capítulos	2018	2019		Variação	
		Valor	Peso	Valor	%
Remunerações certas e permanentes	2 320 282,65	2 720 278,60	79%	399 995,95	17%
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	107 457,92	93 765,19	3%	-13 692,73	-13%
Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	1 478 537,83	1 860 076,77	53%	381 538,94	26%
Pessoal contratado a termo	55 901,10			-55 901,10	-100%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	63 543,33	1 225,90	0%	-62 317,43	-98%
Pessoal em qualquer outra situação	108 181,63	111 954,37	3%	3 772,74	3%
Representação	26 716,80	27 885,60	1%	1 168,80	4%
Subsídio de refeição	169 730,91	196 934,22	6%	27 203,31	16%
Subsídio de férias e de Natal	282 000,76	371 958,36	11%	89 957,60	32%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	28 212,37	56 478,19	2%	28 265,82	100%
Abonos variáveis ou eventuais	80 915,94	92 840,24	2%	11 924,30	15%
Horas extraordinárias	24 116,62	28 364,59	1%	4 247,97	18%
Ajudas de custo	7 458,23	8 432,01	0%	973,78	13%
Abono para falhas	6 410,45	6 932,63	0%	522,18	8%
Subsídio de turno	33 588,41	38 959,73	1%	5 371,32	16%
Outros suplementos e prémios	9 342,23	10 151,28	0%	809,05	9%
Segurança social	632 776,90	718 613,14	19%	85 836,24	14%
Encargos com a saúde	82 461,31	106 005,89	3%	23 544,58	29%
Subsídio familiar a criança e jovens	9 352,31	7 675,89	0%	-1 676,42	-18%
Outras prestações familiares	4 017,69	4 752,84	0%	735,15	18%
Contribuições para a segurança social	509 401,11	559 192,48	16%	49 791,37	10%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	1 601,94	89,91	0%	-1 512,03	-94%
Outras pensões	549,82	1 577,97	0%	1 028,15	187%
Seguros	24 329,97	37 385,44	0%	13 055,47	54%
Outras despesas de segurança social	1 062,75	1 932,72	0%	869,97	82%
Total	3 033 975,49	3 531 731,98	100%	497 756,49	16%

4.2.4. Grandes Opções do Plano

Em relação às Grandes Opções do Plano e considerando o Orçamento inicial as mesmas totalizavam € 6.460.507,00, dividindo-se o valor de € 4.586.631,00 para PPI e o valor de € 1 873 876,00 para AMR.

As mesmas foram sujeitas, no ano de 2019, a alterações orçamentais registando diminuição total no valor de € 2.414.506,95. Para a referida diminuição foi relevante a variação negativa, no PPI, no valor de € 2.676.522,95, e positiva nas AMR, no valor de € 262.016,00.

De referir que no capítulo 4.2.1. (Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa), já foram mencionados os projetos e os factos para as referidas reduções.

Em relação aos aumentos destaca-se nomeadamente a necessidade de se contratar empréstimos, com maior evidência neste caso o Empréstimo a Curto Prazo no valor de 500 mil euros;

Descrição	Orçamento Inicial		Alterações Orçamentais		Valor Final			Peso
	PPI	AMR	PPI	AMR	PPI	AMR	TOTAL	
1 Funções Gerais	178 348,00	84 691,00	59 930,00	805,00	238 278,00	85 496,00	323 774,00	8%
1.1.0 Serviços Gerais da Administração Púb	129 715,00	66 691,00	35 600,00	805,00	165 315,00	67 496,00	232 811,00	6%
1.1.1 Administração geral	129 715,00	66 691,00	35 600,00	805,00	165 315,00	67 496,00	232 811,00	6%
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	48 633,00	18 000,00	24 330,00		72 963,00	18 000,00	90 963,00	2%
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	48 633,00	18 000,00	24 330,00		72 963,00	18 000,00	90 963,00	2%
2 Funções Sociais	3 869 505,00	484 502,00	-2 552 136,00	18 772,00	1 317 369,00	503 274,00	1 820 643,00	45%
2.1.0 Educação	3 374 851,00	208 647,00	-2 340 281,00	-16 168,00	1 034 570,00	192 479,00	1 227 049,00	30%
2.1.1 Ensino não superior	3 361 225,00	101 725,00	-2 343 781,00	-18 407,00	1 017 444,00	83 318,00	1 100 762,00	27%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	13 626,00	106 922,00	3 500,00	2 239,00	17 126,00	109 161,00	126 287,00	3%
2.2.0 Saúde			500,00		500,00		500,00	0%
2.3.0 Segurança e Acção Sociais	2 384,00	43 800,00		-8 000,00	2 384,00	35 800,00	38 184,00	1%
2.3.2 Acção social	2 384,00	43 800,00		-8 000,00	2 384,00	35 800,00	38 184,00	1%
2.4.0 Habitação e Serviços Colectivos	104 708,00	15 800,00	15 525,00	-7 400,00	120 233,00	8 400,00	128 633,00	3%
2.4.1 Habitação								
2.4.2 Ordenamento do território	36 934,00		-17 870,00		19 064,00		19 064,00	0%
2.4.3 Saneamento			39 200,00		39 200,00		39 200,00	1%
2.4.4 Abastecimento de água	25 018,00		7 345,00		32 363,00		32 363,00	1%
2.4.5 Resíduos sólidos	11 852,00		16 850,00		28 702,00		28 702,00	1%
2.4.6 Protecção do meio ambiente	30 904,00	15 800,00	-30 000,00	-7 400,00	904,00	8 400,00	9 304,00	0%
2.5.0 Serviços Culturais, Recreativos e Reliç	387 562,00	216 255,00	-227 880,00	50 340,00	159 682,00	266 595,00	426 277,00	11%
2.5.1 Cultura	19 354,00	158 668,00	3 300,00	63 040,00	22 654,00	221 708,00	244 362,00	6%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	368 208,00	57 587,00	-231 180,00	-12 700,00	137 028,00	44 887,00	181 915,00	5%
3 Funções Económicas	500 174,00	512 342,00	-193 396,95	-298 679,00	306 777,05	213 663,00	520 440,05	13%
3.1.0 Agricultura, Silvicultura Pecuária e P	81 293,00	398 500,00	-12 000,00	-258 481,00	69 293,00	140 019,00	209 312,00	5%
3.2.0 Indústria e Energia	755,00		500,00		1 255,00		1 255,00	1%
3.3.0 Transportes e Comunicações	87 000,00		-31 240,00		55 760,00		55 760,00	1%
3.3.1 Transportes rodoviários	87 000,00		-31 240,00		55 760,00		55 760,00	1%
3.4.0 Comércio e Turismo	320 056,00	56 526,00	-150 656,95	-55 817,00	169 399,05	709,00	170 108,05	4%
3.4.1 Mercados e feiras	53 250,00		-53 250,00					
3.4.2 Turismo	266 806,00	56 526,00	-97 406,95	-55 817,00	169 399,05	709,00	170 108,05	4%
3.5.0 Outras funções económicas	11 070,00	57 316,00		15 619,00	11 070,00	72 935,00	84 005,00	2%
4 Outras Funções	38 604,00	792 341,00	9 080,00	541 118,00	47 684,00	1 333 459,00	1 381 143,00	34%
4.1.0 Operações da Dívida Autárquica		707 988,00		534 733,00		1 242 721,00	1 242 721,00	31%
4.2.0 Transferências entre Administrações		84 353,00		6 385,00		90 738,00	90 738,00	2%
4.3.0 Diversas não especificadas	38 604,00		9 080,00		47 684,00		47 684,00	1%
Total	4 586 631,00	1 873 876,00	-2 676 522,95	262 016,00	1 910 108,05	2 135 892,00	4 046 000,05	100%
		6 460 507,00		-2 414 506,95				

4.3. Análise da receita

4.3.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Receita

A comparação entre o orçamento inicial e final permite aferir da capacidade financeira da sua execução, face ao volume de receitas efetivamente arrecadado.

Alterações e revisões orçamentais segundo a natureza económica

Capítulos	Orçamento Inicial	Modificações	Orçamento Final
Receitas Correntes	7 091 177,00	-34 760,00	7 056 417,00
Receitas Capital	4 826 583,00	-2 453 345,00	2 373 238,00
Outras Receitas	977,00		977,00
Saldo da Gerencia Anterior		235 341,00	235 341,00
Total	11 918 737,00	-2 252 764,00	9 665 973,00

O orçamento aprovado para 2019 foi sujeito a uma diminuição no valor de € 2.252.764,00, tal como aconteceu na despesa.

Em relação às modificações positivas, como podemos verificar e como o nome da rubrica indica, a mesma foi derivada ao facto de se orçamentar o **saldo da gerência anterior**.

Já em sentido contrario, destaca-se nomeadamente a redução da rubrica “**Estado-Participação comunitária projetos cofinanciados – FEDER**”, pois tal como aconteceu na despesa, também foi necessário a desorçamentação a receita no âmbito da candidatura referente à requalificação da Escola.

4.3.2. Execução Orçamental da Receita

No que respeita aos valores cobrados, o grau de execução da receita total foi de 87%, resultando um desvio negativo no valor de € 1.264.791,98, correspondendo a uma diminuição no valor de € 1.598.783,61 no âmbito das “**receitas correntes**”, e de um aumento no valor de € 334.115,39 referente às “**receitas de capital**”, e uma diminuição no valor de € 123,76 referente a “**outras receitas**”.

A nível individual, a rubrica “**Rendimentos da propriedade**” foi em termos absolutos a que registou o maior valor por executar, € 748.545,04. De referir que nesta rubrica está incluído o valor a receber no âmbito da concessão de infraestruturas à concessionária Águas de Vale do Tejo, S.A, referente à Barragem da Lapa.

Também a rubrica “**Transferências correntes**” ficou por executar o valor € 700.608,12. Tal facto foi devido, como já foi dito, nomeadamente por não se ter recebido o financiamento das candidaturas referente à Estabilização de emergência pós incêndios, no valor 397 mil euros, pois os trabalhos só deram início em 2019, não tendo sido feito qualquer pedido de reembolso e ainda referente aos conteúdos do projeto da capela da semana Santa cujo financiamento apenas foi aprovado em 2020, no valor de 136 mil euros.

Receita orçada, liquidada e cobrada por classificação económica

Capítulos	2016	2017	2018	Valor atual	Liquidado	Cobrado		Taxa de		Peso	Diferença
						Líquido	Desvio	execução	Peso		
1	2	3	4 = 3 - 1	5 = 3 / 1							
Impostos directos	387 293,42	408 051,41	428 232,35	466 309,00	459 573,07	458 881,24	-7 427,76	98%	5%	30 648,89	
Impostos indirectos	943,42	36,52	130,90	121,00	217,41	217,41	96,41	180%	0%	86,51	
Taxas, multas e outras penalidades	29 480,37	27 179,31	26 133,32	37 682,00	37 553,74	33 149,30	-4 532,70	88%	0%	7 015,98	
Rendimentos da propriedade	154,57	201 976,77	282 656,68	925 286,00	980 082,46	176 740,96	-748 545,04	19%	2%	-105 915,72	
Transferências correntes	3 933 436,94	4 085 638,68	4 105 948,78	4 781 226,00	4 102 046,46	4 080 617,88	-700 608,12	85%	49%	-25 330,90	
Venda de bens e serviços correntes	654 691,28	692 837,50	678 965,56	762 958,00	800 779,49	698 296,64	-64 661,36	92%	8%	19 331,08	
Outras receitas correntes	237 761,32	34 791,45	857,53	82 835,00	10 731,52	9 729,96	-73 105,04	12%	0%	8 872,43	
Receitas correntes	5 243 761,32	5 450 511,64	5 522 925,12	7 056 417,00	6 390 984,15	5 457 633,39	-1 598 783,61	77%	65%	-65 291,73	
Venda de bens de investimento	4 810,00	4 495,65		3 602,00	489,10	244,55	-3 357,45		0%	244,55	
Transferências de capital	516 210,28	503 022,37	724 167,26	983 616,00	1 333 628,73	1 331 875,04	348 259,04	135%	16%	607 707,78	
Ativos Financeiros	300 000,00										
Passivos financeiros	621 705,50	536 570,64	906 034,10	1 377 665,00	1 375 233,80	1 375 233,80	-2 431,20	100%	16%	469 199,70	
Outras receitas de capital	3 518,35		13 192,22	8 355,00			-8 355,00			-13 192,22	
Receitas capital	1 446 244,13	1 044 088,66	1 643 393,58	2 373 238,00	2 709 351,63	2 707 353,39	334 115,39	114%	32%	1 063 959,81	
Reposições não abatidas nos pagamento	3 186,81	62,90	1 726,61	977,00	2 736,11	853,24	-123,76	87%	0%	-873,37	
Saldo da gerência anterior	539,00	565 651,00	60 126,00	235 341,00	235 341,00	235 341,00		100%	3%	175 215,00	
Outras Receitas	3 725,81	565 713,90	61 852,61	236 318,00	238 077,11	236 194,24	-123,76	100%	3%	174 341,63	
Total	6 693 731,26	7 060 314,20	7 228 171,31	9 665 973,00	9 338 412,89	8 401 181,02	-1 264 791,98	87%	100%	1 173 009,71	
Diferença	1 707 449,76	1 340 866,82	1 173 009,71								

4.3.3. Evolução da Receita

A receita total nos últimos três anos tem vindo a aumentar, sendo que face ao ano de 2018 registou-se um aumento de € 1.173.009,71. Apesar da receita ter registado um aumento as **receitas correntes** diminuíram em € 65.291,73. Mas as **receitas de capital** aumentaram em € 1.063.959,81, e as **Outras Receitas** no valor de € 174.341,63, sendo que a rubrica que contribuiu para o referido aumento foi “Saldo da gerência anterior”.

Em relação às “**Receitas Correntes**”, as rubricas que contribuíram para a referida redução foram “**Rendimentos da propriedade**” e “**Transferências correntes**”, com as variações de €105.915,72 e de € 25.330,90 respetivamente.

Em sentido contrário de realçar as rubricas de “**Impostos directos**”, e “**Venda de bens e serviços correntes**” cujas variações ascenderam a € 30.648,89 e € 19.331,08, respetivamente.

Referente às “**Receitas de Capital**”, as mesmas aumentaram no valor acima referido, motivado pelos seguintes factos:

- ✓ Receita arrecadada referente nomeadamente a reembolsos do projeto de requalificação da escola, no valor de 569 mil euros, bem como de uma nova verba proveniente do orçamento do estado denominado por “**Artº 35.º, nº 3 da Lei nº 73/2013**”, no valor de 259 mil euros;
- ✓ Reembolso do valor final, 790 mil euros, referente ao empréstimo da requalificação da Escola, em virtude de ter terminado o período de carência.

Os “**impostos directos, indirectos e as taxas, multas e outras penalidades**”, tendo em conta a sua importância na vida do município, constituem uma parcela representativa da receita

corrente e da receita total cobrada ao longo dos anos. Assim será importante fazer uma breve análise.

Entre as receitas fiscais destacam-se os “**impostos diretos**” registando uma execução de 98%, tendo ficado por executar o valor absoluto de € 7.427,76.

Em relação ao ano de 2018 as mesmas aumentaram em 7%, no valor de € 30.648,89.

Já os “**impostos indiretos**” totalizaram o valor de € 217,41 podendo considerar-se como um valor residual.

Em relação às “**taxas, multas e outras penalidades**”, as mesmas registaram uma execução de 88%, tendo aumentado em 27% face a 2018, sendo o valor do aumento de € 7.015,98.

Evolução da estrutura da receita fiscal

Capítulos	2018	2019			Taxa de execução	Variação 18 - 19
		Orçado	Cobrado Liq.	Desvio		
Imposto municipal sobre imóveis	294 509,20	289 009,00	291 161,53	2 152,53	101%	-1%
Imposto único de circulação	73 866,93	82 100,00	76 172,55	-5 927,45	93%	3%
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóv	26 413,50	57 800,00	57 889,89	89,89	100%	119%
Derrama	33 442,72	37 400,00	33 657,27	-3 742,73	90%	1%
Impostos diretos	428 232,35	466 309,00	458 881,24	-7 427,76	98%	7%
Impostos indiretos	130,90	121,00	217,41	96,41	180%	66%
Taxas, multas e outras penalidades	26 133,32	37 682,00	33 149,30	-4 532,70	88%	27%
Total	454 496,57	504 112,00	492 247,95	-11 864,05	366%	8%

5. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

5.1. Análise do Balanço

O Balanço e o Sistema contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2019.

Balanço Sintético

Capítulos	2018	2019		Variação	
		Valor	Peso	Valor	%
Imobilizado	24 799 732,68	24 617 105,83	94%	-182 626,85	-1%
Existências	73 369,40	71 296,21	0%	-2 073,19	-3%
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)					
Dívidas de terceiros - Curto prazo	157 287,83	227 087,64	1%	69 799,81	44%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	314 424,15	445 849,05	2%	131 424,90	42%
Acréscimos e diferimentos	640 689,34	922 696,13	5%	282 006,79	44%
Ativo Líquido	25 985 503,40	26 284 034,86	100%	298 531,46	1%
Património	17 152 629,19	17 152 629,19	126%		
Ajustamento de partes de capital em empresas	21 519,00	21 519,00	0%		
Reservas	4 562 553,81	4 562 553,81	34%		
Resultado transitados	-6 495 806,20	-8 097 359,24	-61%	-1 601 553,04	25%
Resultado líquido do exercício	-900 517,32	-52 069,63	0%	848 447,69	-94%
Fundos Próprios	14 340 378,48	13 587 273,13	100%	-753 105,35	-5%
Provisões para riscos e encargos	70 168,60	70 168,60	1%		
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)	2 258 164,98	2 753 926,09	22%	495 761,11	22%
Dívidas a terceiros - Curto prazo	1 721 058,16	1 945 074,28	15%	224 016,12	13%
Acréscimos e diferimentos	7 595 733,18	7 927 592,76	62%	331 859,58	4%
Passivo	11 645 124,92	12 696 761,73	100%	1 051 636,81	9%

O **ativo líquido** apresenta um aumento, face a 2018, em termos absolutos no valor de € 298.531,46, para tal contribuíram as rubricas, “**Depósitos em instituições financeiras e caixa**” e “**Acréscimos e diferimentos**” cujas variações ascenderam a 131 mil euros e 282 mil euros.

Em sentido contrário verificamos que o capítulo “**Imobilizado**” registou uma variação negativa em cerca de 180 mil euros. A mesma justifica-se nomeadamente pelo facto de se ter verificado que o imóvel com n.º 225 “Furo artesiano de Santiago Montalegre” tinha um valor de € 704.550,00, uma vez que não foi feita conversão de escudos para euros, tendo a referida correção sido feita em dezembro de 2019 no valor de 701 mil euros. Assim podemos concluir que na realidade a rubrica em causa registou um aumento em cerca de 518 mil euros.

Analisando os “**Investimentos financeiros**” verificamos que os mesmos registaram um aumento no valor de € 33.454,00, devido à subscrição de capital da empresa Tejo Ambiente, EIM, S.A.

Assim o valor referente a participações de capital ascende a € 115.411,10, decompondo-se da seguinte forma:

Tejo Ambiente- EIM, S.A	33 454,00 €
Valnor, S.A	79 627,00 €
Tagus Gás, S.A	1 705,00 €
Médio Tejo 21	625,10 €

O investimento em **imobilizado não financeiro**, no ano de 2019, foi de € 736.420,56, registando um aumento de € 236.659,34.

Origem dos aumentos do imobilizado não financeiro

Capítulos	2019	2018	Variação
Imobilizado em Curso	1 078 305,33	-358 308,47	1 436 613,80
Imobilizado Corpóreo e Bens domínio Publico	-349 041,53	845 136,13	-1 194 177,66
Terrenos e recursos naturais		500,00	-500,00
Outras construções e infraestruturas	86 966,92	540 307,53	-453 340,61
Bens do património histórico, artístico e cultural			
Edifícios e outras construções	-688 194,79	54 819,43	-743 014,22
Equipamento básico	47 857,12	102 442,73	-54 585,61
Equipamento de transporte	70 862,88	99 718,88	-28 856,00
Ferramentas e utensílios	1 546,90	3 069,27	-1 522,37
Equipamento administrativo	86 439,18	36 162,11	50 277,07
Outras imobilizações corpóreas	12 026,26	8 116,18	3 910,08
	33 454,00		33 454,00
Imobilizado Incorpóreo	7 156,76	12 933,56	-5 776,80
Total	736 420,56	499 761,22	236 659,34

Como podemos verificar a rubrica “**Imobilizado em Curso**” registou uma variação no valor 1,436 milhões euros. Para a mesma destaca-se nomeadamente as seguintes empreitadas:

- Requalificação da Escola EB 2,3 e secundária registando o valor, a 31 dezembro de 2019 o valor de 1,132 milhões de euros;
- Recuperação da capela para implementação do centro de Interpretação da Semana Santa no valor de 160 mil euros;
- Requalificação da piscina descoberta no valor de 44 mil euros;

Em sentido contrário salienta-se a variação de quatro rubricas que diminuíram face a 2018:

- A rubrica “**Outras construções e infraestruturas**” pelo facto de no referido ano ter-se concluído as obras de pavimentação de Valhascos, Panascos, Lobata e São Domingos no valor de 480 mil euros;
- A rubrica de “**Edifícios e outras construções**” tendo a justificação sido dada anteriormente, isto é, valorização incorreta do furo artesiano de Santiago Montalegre;
- A rubrica “**Equipamento básico**” tendo-se no ano 2018 substituído a desumidificadora da piscina coberta no valor de 54 mil euros;
- A rubrica “**Equipamento de transporte**” tendo-se adquirido a ambulância do INEM no valor de 49 mil euros.

Analisando agora os restantes capítulos do ativo, verificamos que as “**Existências**” regista uma diminuição insignificativa no valor de 2 mil euros, as “**Dívidas de terceiros - Curto prazo**” aumentou em cerca de 70 mil euros, fruto nesta rubrica estar considerada uma verba no valor de € 87.988,38 referente a uma transferência feita pelo município com objetivo de amortizar parte do empréstimo referente à Linha de Crédito criada no âmbito do Decreto-Lei nº 22/2018, mas que por lapso foi feita para o IBAN errado, não tendo sido por parte da DGAL aceite a mesma como amortização do mesmo. Assim foi necessário considerar a referida verba como adiantamento a outras entidades.

Assim e excecionando o exposto anteriormente podemos concluir que a rubrica em causa teria uma redução no valor de 17 mil euros.

O capítulo “**Depósitos em instituições financeiras e caixa**” aumentou em cerca de 131 mil euros uma vez que o período de carência do empréstimo referente à obra de requalificação da escola terminou, pelo que foi obrigatório arrecadar o valor restante, pelo que, a 31 dezembro de 2019 o valor disponível para fazer face às despesas da obra ascendia 390 mil euros.

O capítulo “**Acréscimos e diferimentos**” registou um aumento de 282 mil euros, face a 2018.

De referir que este capítulo se divide em duas rubricas:

- “***Acréscimos de proveitos***” que consiste nos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es);
- “***Custos diferidos***” que compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

Em relação aos “**Acréscimos de proveitos**” o mesmo aumento em cerca de 292 mil euros que se justifica pela não participação das seguintes verbas:

- Despesa efetuada no âmbito da candidatura Estabilização de emergência pós incêndio no valor de 103 mil euros;
- Despesa referente à candidatura no âmbito do PEDIME no valor de 60 mil euros;
- Despesa referente à candidatura dos “Caminhos da Pedra” ano de 2019 no valor de 10 mil euros;
- Dividendos referente ao FAM no valor de 5 mil euros;

e ainda a verba englobada no orçamento de estado, referente uma participação de 7,5 /prct. na receita do IVA cobrado nos setores do alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás, prevista na Lei nº 73/2013 de 12 de setembro no valor de 69 mil

euros.

A rubrica “**Custos diferidos**” diminuiu em cerca de 10,5 mil euros;

Em relação aos **Fundos Próprios** registaram uma diminuição no valor de 753 mil euros sendo que “**Resultados transitados**” diminui em 1,602 milhões de euros, fruto da integração do resultado líquido do exercício do ano anterior no valor de 901 mil euros e do erro de conversão mencionado anteriormente no valor de 701 mil euros.

O “**Resultado líquido do exercício**” registou o valor negativo de € 52.069,63. Apesar de ser negativo é superior ao ano passado em cerca de 848 mil euros.

Analisando agora o **Passivo** verificamos que o mesmo regista um aumento de 9%, face ao ano de 2018, no valor de 1,051 milhões de euros.

Para tal contribuiu as “**Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo**”, com uma variação no valor de 495 mil euros, sendo que o valor é referente ao reembolso da parte restante do empréstimo da empreitada da requalificação da Escola no valor de 789 mil euros.

Também nesta rubrica está incluído o valor de 200 mil euros referente ao acordo celebrado com a empresa Águas Vale Tejo, S.A.

As “**Dívidas a terceiros - Curto prazo**” regista um aumento no valor de 224 mil euros que se deve principalmente à variação da dívida a fornecedores c/c, que aumentou em cerca de 260 mil euros. De referir, e como foi mencionado da rubrica “**Acréscimos e Diferimentos**” do ativo, o município a 31 dezembro, já tinha pago dívida referente cerca de 170 mil euros, que não tinha sido reembolsado pelos fundos comunitários.

Os “**Acréscimos e diferimentos**” registou um aumento de 331 mil euros, face a 2018.

Também este capítulo se divide em duas rubricas:

- “***Acréscimos de custos***” que consiste em nos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício(s) posterior(es);
- “***Proveitos diferidos***” que compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes;

A rubrica “**Acréscimos de custos**” diminuiu, face a 2018, no valor de 13 mil euros. Para justificar tal variação destaca-se a rubrica “**Serviços prestados**” no valor de 23,875 mil euros e a rubrica “**Iluminação pública**” no valor de 12 mil euros. Em sentido contrário destacamos as rubricas, “**Remunerações a liquidar**” no valor de 17,9 mil euros e “**Transferências correntes**” no valor de 5,6 mil euros.

A rubrica “**Proveitos diferidos**” registou um aumento de 345 mil euros e para tal contribuíram os recebimentos referente às seguintes candidaturas:

- Requalificação da Escola EB 2,3 e secundária no valor de 580 mil euros;
- Centro de Interpretação da Semana Santa no valor de 93 mil euros;

5.1.1 Indicadores económico-financeiros

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro do Município do Sardoal em 2019, podendo ser comparado com os resultados de 2018.

Em relação aos indicadores da estrutura do ativo podemos verificar que o **ativo fixo** reduziu o seu peso, passando de 94% para 92%, já o **ativo circulante** registou um aumento do seu peso perante o ativo total, passando de 5% para 6%.

Em relação à estrutura do passivo, comparativamente com o ano 2018, podemos verificar que, no âmbito do passivo exigível, o **passivo de médio e longo prazo** regista um aumento no peso em 2%, sendo que o **passivo a curto prazo** teve o efeito contrário, isto é, passou de 43% para 41%.

O **grau de autonomia** regista uma diminuição de 3%, o índice de **liquidez imediata**, apresenta um aumento de 0,05 face a 2018, motivado pelo valor que ficou em depósitos referente à obra de requalificação da escola.

A capacidade do Município em cumprir os seus compromissos, medida através do **índice de solvência**, apresentou uma diminuição de 0,92 face a 2018, estando agora nos 5,50 pontos. Apesar do **ativo** e o **passivo** terem registado variações positivas, o passivo em termos absolutos teve um maior aumento, facto que originou a referida evolução no índice.

Indicadores do balanço

Capítulos	2019	2018
Estrutura do ativo		
Ativo fixo / Ativo total	92%	94%
Ativo circulante / Ativo total	6%	5%
Ativo fixo / Ativo circulante	1449%	2053%
Estrutura do passivo		
Passivo longo prazo / Passivo exigível	59%	57%
Passivo curto prazo / Passivo exigível	41%	43%
Passivo curto prazo / Passivo longo prazo	71%	76%
Análise do ativo fixo		
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	877%	1078%
Amortizações exercício / Variação imobilizado	130%	191%
Análise do passivo exigível		
- Coeficiente de endividamento		
Passivo exigível / Fundos próprios	35%	28%
- Coeficiente de endividamento a curto prazo		
Exigível a curto prazo / Fundos próprios	14%	12%
- Coeficiente de endividamento a longo prazo		
Exigível a médio longo prazo / Fundos próprios	20%	16%
Exigível a médio longo prazo / Imobilizado corpóreo	26%	22%
Grau de autonomia		
Fundos próprios/Ativo	52%	55%
Índice de liquidez imediata		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	0,23	0,18
Índice de solvência		
Ativo / Passivo exigível	5,50	6,42

5.2. Análise da Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2019.

Como podemos verificar os **Custos e Perdas** foram superiores aos **Proveitos** originando um **Resultado Líquido do Exercício** negativo no valor de € 52.069,63. Em relação ao ano de 2018 o mesmo aumentou em cerca de 848 mil euros.

Demonstração dos resultados por natureza

Capítulos	2018	2019		Variação	
		Valor	Peso	Valor	%
Custos das mercadorias vendidas e das matérias co	42 381,70	46 478,26	1%	4 096,56	10%
Fornecimentos e serviços externos	1 645 629,96	1 503 257,87	22%	-142 372,09	-9%
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestaçõe	265 389,58	293 030,41	4%	27 640,83	10%
Custos com o pessoal	3 066 940,89	3 614 917,31	54%	547 976,42	18%
Outros custos e perdas operacionais	71 968,26	75 446,40	1%	3 478,14	5%
Amortizações do exercício	954 933,74	947 318,64	14%	-7 615,10	-1%
Provisões do exercício	880 474,53	11 737,63	0%	-868 736,90	-99%
Custos e perdas financeiras	38 458,03	45 565,65	1%	7 107,62	18%
Custos e perdas extraordinárias	163 073,64	208 980,25	3%	45 906,61	28%
TOTAL	7 129 250,33	6 746 732,42	100%	-382 517,91	-5%
Vendas e prestações de serviços:	616 760,82	661 525,19	10%	44 764,37	7%
Impostos e taxas	441 970,24	488 137,91	7%	46 167,67	10%
Proveitos suplementares	236 314,07	230 706,10	3%	-5 607,97	-2%
Transferências e subsídios obtidos	4 462 914,27	4 858 260,66	73%	395 346,39	9%
Trabalhos para a própria entidade	25 752,04	13 480,34	0%	-12 271,70	-48%
Outros proveitos e ganhos operacionais					
Proveitos e ganhos financeiros	55 458,85	57 021,58	1%	1 562,73	3%
Proveitos e ganhos extraordinários	389 562,72	385 531,01	6%	-4 031,71	-1%
TOTAL	6 228 733,01	6 694 662,79	100%	465 929,78	7%
Resultado líquido do exercício	-900 517,32	-52 069,63		848 447,69	-94%

5.2.1 Custos e Perdas

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2019 totalizam, no seu conjunto, o valor de 6,746 milhões de euros, sendo inferior ao ano anterior no valor de 383 mil euros.

Capítulos	2018	2019		Variação	
		Valor	Peso	Valor	%
Custos das mercadorias vendidas e das matérias co	42 381,70	46 478,26	1%	4 096,56	10%
Fornecimentos e serviços externos	1 645 629,96	1 503 257,87	22%	-142 372,09	-9%
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestaçõe	265 389,58	293 030,41	4%	27 640,83	10%
Custos com o pessoal	3 066 940,89	3 614 917,31	54%	547 976,42	18%
Outros custos e perdas operacionais	71 968,26	75 446,40	1%	3 478,14	5%
Amortizações do exercício	954 933,74	947 318,64	14%	-7 615,10	-1%
Provisões do exercício	880 474,53	11 737,63	0%	-868 736,90	-99%
Custos e perdas financeiras	38 458,03	45 565,65	1%	7 107,62	18%
Custos e perdas extraordinárias	163 073,64	208 980,25	3%	45 906,61	28%
TOTAL	7 129 250,33	6 746 732,42	100%	-382 517,91	-5%

Analisando os capítulos de custos e perdas individualmente podemos verificar que:

- Os “**CMVMC**”, com peso de 1%, no valor de € 46.478,26, registou um aumento no valor de € 4.096,56, sendo que praticamente todas rubricas que compõem mesma registaram aumentos, mas muito pouco significativos.

- Os “**Fornecimentos e serviços externos**”, foi uma das duas rubricas que tiveram uma variação negativa, totalizando o valor de € 1.503.257,87, representando 22% dos custos totais, tendo registado uma diminuição de 9%, representando em valores absolutos uma redução em cerca de 142 mil euros.

De referir que a mesma foi derivada ao facto de ter havido a integração dos precários, mas também de alguns compromissos assumidos pelo executivo, nomeadamente redução da publicidade. Como podemos analisar a mesma sofreu uma redução de € 7.500,00, o que corresponde a 35%.

Analisando a referida rubrica que se decompõe da seguinte forma, de acordo com a teoria de Pareto:

Decomposição dos Fornecimentos e serviços

Fornecimentos e serviços externos	2018	2019	Dif (19-18)	Peso	Acum
Trabalhos especializados	242 119,65	294 781,17	52 661,52	20%	20%
Iluminação pública	158 874,81	138 738,17	-20 136,64	9%	29%
Electricidade	92 885,35	124 056,12	31 170,77	8%	37%
Água - Abastecimento público	116 736,80	113 022,96	-3 713,84	8%	45%
Serviços Sócio-Económicos e Culturais	118 089,16	107 164,86	-10 924,30	7%	52%
Gasóleo	102 345,32	96 529,82	-5 815,50	6%	58%
Serviços de educação	136 073,31	85 633,50	-50 439,81	6%	64%
Cantinas Escolares - Ref. confeccionadas	69 305,60	72 155,59	2 849,99	5%	69%
Serviços de recolha, trat. e deposição de resíduos	66 020,69	71 099,69	5 079,00	5%	73%
Serviços de saneamento básico	73 891,32	63 481,99	-10 409,33	4%	78%
Transportes Escolares	62 524,83	59 617,88	-2 906,95	4%	82%
Publicidade e propaganda	28 526,94	21 039,42	-7 487,52	1%	83%

Como podemos verificar a rubrica “**Trabalhos especializados**” é que maior peso tem no ano de 2019, 20%, totalizando o valor de 295 mil euros, tendo-se verificado um aumento de cerca de 53 mil euros.

Assim conforme mapa abaixo podemos verificar a forma como se decompõe a mesma.

Trabalhos especializados	2018	2019	Dif (19-18)
Serviços de arquitetura e engenharia	8 412,09	11 500,50	3 088,41
Serviços de ensaios e análises técnicas	4 289,16	4 537,73	248,57
Serviços jurídicos e contabilísticos	13 182,33	16 825,62	3 643,29
Vestuário e artigos pessoais		7 822,30	7 822,30
Contratos de manutenção e assistência técnica	18 470,95	25 419,20	6 948,25
Outros trabalhos especializados	193 891,01	226 412,08	32 521,07
Outros trabalhos especializados - Maq./Viaturas	3 874,11	2 263,74	-1 610,37

No mapa destaca-se a rubrica “**Outros trabalhos especializados**”, totalizando o valor de 226 mil euros. Nesta rubrica estão incluídos, nomeadamente, os seguintes serviços:

- Prevenção de fogos florestais, no valor de 140 mil euros;
- Limpeza de terrenos em substituição de proprietários no valor de 3.800 euros;
- No âmbito do Saneamento, nomeadamente desobstrução da rede e manutenção de ETAR's no valor de 12 mil euros;
- Elaboração do Projeto de Execução de Sistemas de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais no valor de 21 mil euros;
- Elaboração Submissão da Candidatura POSEUR, no valor de 8.600 euros;
- Atividades desportivas (natação) no valor de 18 mil euros;

Os “**Contratos de manutenção e assistência técnica**” estão incluídos os serviços de parte de elaboração de Mapa de Ruído para o PDM no valor de 1.800 euros, da segurança estrutural de Barragem da Lapa no valor de 16.250 euros, da manutenção e responsabilidade técnica pela exploração e transformação de eletricidade, no valor de 1.500 euros, entre outros.

Nos “**Serviços de arquitetura e engenharia**” está incluído o projeto de elaboração de execução “Espaço Partilhado(ARTOF) - Lagar dos Paulinos.

Voltando novamente à análise dos **fornecimentos e serviços externos** verificamos que a seguir aos trabalhos especializados vem a rubrica “**Iluminação Pública**” com um peso de 9% totalizando o valor de 139 mil euros registando uma redução de 20 mil euros.

Logo a seguir, e com sentido contrário, vem a rubrica “**Eletricidade**” com o peso de 8%, totalizando 124 mil euros, tendo registado um aumento de 31 mil euros.

Destacar ainda a rubrica “**Serviços Sócio-Económicos e Culturais**” que registou uma redução de 11 mil euros e a rubrica “**Educação**” com uma redução de 50 mil euros. Para tal contribuiu a integração dos precários no quadro de pessoal do município.

- O capítulo “Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais” com peso de 4%, totalizou o valor 293 mil euros, 28 mil euros a mais do que em 2018.

No mapa abaixo apresentamos a rubricas que constituem a mesma:

Transf. e subsíd. corr. conced. e prest. sociais	2018	2019	Dif (19-18)
Associações de municípios	11 166,74	22 321,73	11 154,99
Freguesias	59 543,00	60 377,00	834,00
Acção social	9 902,80	7 929,45	-1 973,35
Bolsas	77 097,10	24 876,50	-52 220,60
Programa Municipal de Apoio à Natalidade	8 582,76	6 693,58	-1 889,18
Rede Solidária do Medicamento	1 480,00	2 586,66	1 106,66
Emprego Apoiado - IEFP	5 481,49	71 582,29	66 100,80
Outros		3 250,00	3 250,00
Outros		2 500,00	2 500,00
Outras	750,00	1 700,00	950,00
Outros sectores institucionais	5 213,50	3 791,64	-1 421,86

Como podemos verificar a rubrica que contribuiu para o referido aumento foi “**Emprego Apoiado – IEFP**”, totalizando o valor de 72 mil euros, e uma variação de 66 mil euros. Nesta rubrica estão incluídos os encargos com seis beneficiários com portadores de deficiência no âmbito de uma candidatura feita ao IEFP denominada por Emprego apoiado.

A diferença registada deve-se ao facto de os mesmos terem iniciados as suas funções em dezembro de 2018.

Em sentido contrário verificamos a rubrica “**Bolsas**”, totalizando apenas 25 mil euros, com uma redução de 52 mil euros. Como nesta rubrica estão incluídos os custos com contratos de emprego e inserção, tendo os mesmos, sofrido uma redução pelo facto de parte dos beneficiários terem ingressado no quadro do município no âmbito dos precários.

Neste capítulo estão ainda incluídos os valores transferidos para as **Freguesias** no âmbito dos acordos de execução, totalizando no ano de 2019 o valor de 60 mil euros, idêntico ao valor de 2018.

Agora vamos analisar o capítulo “**Custos com o Pessoal**” que é o capítulo com maior peso, neste caso 54%, totalizando 3,615 milhões de euros e registando um aumento de 548 mil euros.

De referir que o referido aumento foi transversal a todas as rubricas e o grande motivo foi a integração dos 45 trabalhadores no quadro pessoal do município no âmbito dos precários.

É importante também referir que com o descongelamento das carreiras profissionais, originou um aumento de remunerações, sem contribuições, no valor de 37 mil euros.

Decomposição dos Custos com o Pessoal

Custos com o Pessoal	2018	2019	Dif (18-17)	Peso	Acum
RCTFP por tempo indeterminado	1 836 906,28	2 257 392,67	420 486,39	62%	62%
Encargos sobre remunerações	533 421,84	622 610,89	89 189,05	17%	80%
Subsídio de refeição	169 708,66	196 934,22	27 225,56	5%	85%
Pessoal em qualquer outra situação	127 043,26	141 504,84	14 461,58	4%	89%
Remunerações dos membros dos órgãos autárquicos	109 014,95	109 839,23	824,28	3%	92%
Despesas de saúde	80 695,54	104 801,80	24 106,26	3%	95%
Trabalho em regime de turnos	31 103,02	39 471,29	8 368,27	1%	96%
Outros suplementos	34 898,88	38 036,88	3 138,00	1%	97%
Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	24 701,98	37 385,44	12 683,46	1%	98%
Trabalho extraordinário	24 116,62	28 364,59	4 247,97	1%	99%
Prestações sociais directas	13 441,93	13 783,09	341,16	0%	99%
Vestuário e artigos pessoais	8 813,62	766,99	-8 046,63	0%	99%
Ajudas de custo	8 707,81	8 486,73	-221,08	0%	100%
Abono para falhas	6 410,45	6 932,63	522,18	0%	100%
Medicina no Trabalho	536,80	3 402,33	2 865,53	0%	100%
Cursos de Formação	2 150,85	2 914,69	763,84	0%	100%
Pensões	549,82	1 577,97	1 028,15	0%	100%
Segurança e Higiene no Trabalho	939,57	593,13	-346,44	0%	100%
Pessoal com contrato a termo resolutivo	53 779,01		-53 779,01		100%
TOTAL	3 066 940,89	3 614 799,41	547 858,52		

A seguir passamos a analisar o capítulo “**Outros custos e perdas operacionais**”, com o peso de 1%, totalizando 75 mil euros, aumentando 3.500 euros face a 2018.

Neste capítulo estão incluídas as rubricas, “**Quotizações**” que totalizaram o valor de 51 mil euros e a rubrica “**Taxas**” com o valor de 23 mil euros.

O capítulo “**Amortizações do exercício**”, com peso 14%, estando posicionado na 3ª posição, totalizaram o valor de 947 mil euros, registando uma diminuição de 8 mil euros face a 2018.

O capítulo “**Provisões do exercício**” foi a que maior variação absoluta registou, neste caso negativa, no valor de 869 mil euros. Esta variação deve-se aos factos de no ano de 2018 ter-se criado a provisão de cobrança duvidosa referente à concessão da Barragem da Lapa à empresa Águas de Vale de Tejo, S.A, no valor de 798 mil euros e ainda a provisão do processo judicial em curso, o qual foi necessário constituir uma garantia bancária à ordem do IFAP no valor de 70 mil euros.

O capítulo “**Custos e perdas e financeiros**” totalizou o valor de 46 mil euros, tendo registado o aumento no valor de 7 mil euros. Para tal contribuiu os aumentos na rubrica “**Juros Mora**” no valor de 6.598 euros.

O capítulo “**Custos e perdas extraordinárias**” com peso de 3%, no valor de 209 mil euros, tendo registado um aumento de 46 mil euros.

Abaixo apresentamos a decomposição do capítulo em causa.

Custos e perdas extraordinários	2018	2019	Dif (19-18)
Transferências de capital concedidas			
Instituições sem fins lucrativos		3 000,00	3 000,00
Associações de municípios	11 605,67	11 843,65	237,98
Instituições sem fins lucrativos	3 000,00	4 125,00	1 125,00
Perdas em existências	105 291,21	89 840,74	-15 450,47
Perdas em imobilizações	8 809,48	25 599,95	16 790,47
Aumentos de amortizações e de provisões		7 144,03	7 144,03
Restituições	7 168,25	1 819,88	-5 348,37
Outras	24 070,87	60 114,32	36 043,45
Insuficiência da Estimativa para Impostos		2 046,00	2 046,00
Outros não especificados	3 128,16	3 267,88	139,72

Assim como podemos observar a rubrica com maior peso é “**Perdas em existências**”, totalizando 90 mil euros, tendo tido uma redução no valor de 15 mil euros, face a 2018. Nesta rubrica está considerado as perdas registadas no fornecimento de água.

Logo a seguir temos a rubrica “**Outras**” correções relativas a exercícios anteriores, que totalizaram 60 mil euros, tendo um aumento de 36 mil euros. O mesmo foi principalmente derivado ao facto da EDP apenas ter faturado consumo referente ao ano de 2018, após fecho da prestação de contas. O valor em causa foi cerca de 30 mil euros.

Em terceiro lugar temos a rubrica “**Perdas em imobilizações**”, que inclui venda do lote da Zona industrial, com prejuízo de 12.600 euros, bem como os abates ocorridos durante o ano de 2019, que totalizaram cerca de 13 mil euros.

5.2.2 Proveitos e Ganhos

Os **proveitos e ganhos** que ascenderam a 6,695 milhões de euros, registando um aumento de 465 mil euros, face a 2018.

Capítulos	2018	2019		Varição	
		Valor	Peso	Valor	%
Vendas e prestações de serviços:	616 760,82	661 525,19	10%	44 764,37	7%
Impostos e taxas	441 970,24	488 137,91	7%	46 167,67	10%
Proveitos suplementares	236 314,07	230 706,10	3%	-5 607,97	-2%
Transferências e subsídios obtidos	4 462 914,27	4 858 260,66	73%	395 346,39	9%
Trabalhos para a própria entidade	25 752,04	13 480,34	0%	-12 271,70	-48%
Outros proveitos e ganhos operacionais					
Proveitos e ganhos financeiros	55 458,85	57 021,58	1%	1 562,73	3%
Proveitos e ganhos extraordinários	389 562,72	385 531,01	6%	-4 031,71	-1%
TOTAL	6 228 733,01	6 694 662,79	100%	465 929,78	7%

Analisando os capítulos individualmente, as “**Vendas e prestações de serviços**” com peso de 10%, totalizou o valor de 662 mil euros, tendo aumentado em 45 mil euros.

Abaixo apresenta-se quadro com as referidas variações:

Vendas e prestações de serviços	2018	2019	Dif (19-18)	Peso
Produtos acabados e intermédios	231 773,10	248 779,87	17 006,77	38%
Saneamento	158 044,62	162 759,17	4 714,55	25%
Resíduos Sólidos	112 082,25	116 418,57	4 336,32	18%
Serviços Desportivos	33 689,60	37 197,54	3 507,94	6%
Transportes Efectuados P/Bombeiros ou Ambulâncias	31 454,85	24 003,18	-7 451,67	4%
Cemitérios	4 982,96	16 669,73	11 686,77	3%
Transportes Escolares	2 767,75	16 147,48	13 379,73	2%
Serviços Sociais - Refeições	9 500,29	12 109,46	2 609,17	2%
Serviços Culturais	7 509,12	9 696,02	2 186,90	1%
Serviços sociais - ATL, Jardins Infância e Creches	8 185,73	5 545,00	-2 640,73	1%
Trabalhos por Conta de Particulares	9 783,15	4 283,36	-5 499,79	1%
Outros	6 361,16	3 230,46	-3 130,70	0%
Limpeza Terrenos P/Subs. aos Proprietarios		3 188,31	3 188,31	0%
Venda de bens e serviços correntes		652,24	652,24	0%
Livros e Documentação Técnica	183,63	303,36	119,73	0%
Mercadorias	103,73	276,36	172,63	0%
Publicações e Impressos	213,55	205,08	-8,47	0%
Aluguer de espaços e de equipamentos	110,00	60,00	-50,00	0%
Outros	15,33		-15,33	
Outros				
Reembolsos e Restituições				
	616 760,82	661 525,19	44 764,37	

Tal como em anos anteriores as três primeiras rubricas, “**Venda de água**”, “**Saneamento**” e “**Resíduos sólidos**” representaram 81% do total das “Vendas e Prestações de serviços”, registando este ano um aumento em cerca de 26 mil euros. De referir que este aumento foi devido ao facto de os consumidores terem aumentado o consumo, pois foi a tarifa variável que registou a maior variação. Também podemos verificar as receitas referentes a “**Cemitérios**” e “**Transportes escolares**” registaram aumentos absolutos no valor de 11,7 mil euros e 13,4 mil euros respetivamente. Estes últimos são derivados dos alunos que frequentam cursos profissionais, os quais as referidas receitas são financiadas.

Em sentido contrario, verificou-se uma redução no valor de 7,5 mil euros na rubrica “**Transportes Efectuados P/Bombeiros ou Ambulâncias**”, cujo seu peso foi de 4%.

O capítulo “**Impostos e taxas**” totalizou o valor de 488 mil euros, com o peso de 7%, registando um aumento de 46 mil euros.

Como se pode verificar praticamente todas as rubricas registaram aumentos. Verificamos ainda que os impostos, **IMI, IUC, IMT e derrama** que representam 94% do referido capítulo. Sabendo da situação atual do interior do país, destacamos os aumentos do **IMT** e da **derrama**, no valor de 26 mil euros e 4.608 euros respetivamente.

Abaixo apresentamos a decomposição dos impostos.

Impostos e taxas	2018	2019	Dif (19-18)	Peso
Imposto Municipal sobre imóveis	284 469,00	289 009,00	4 540,00	59%
Imposto único de circulação	74 522,70	76 327,24	1 804,54	16%
Imposto municipal sobre as trans. onerosas imóveis	32 636,61	59 019,29	26 382,68	12%
Derrama	27 269,00	31 877,00	4 608,00	7%
Taxas	19 376,69	26 330,31	6 953,62	5%
TRH - Água	3 008,33	3 221,41	213,08	1%
TRH - Saneamento	2 158,09	2 260,87	102,78	0%
Impostos indirectos específicos das autarq.locais		81,10	81,10	0%
Publicidade	30,73	74,81	44,08	0%
Outros	100,17		-100,17	
Anulações	-1 389,67		1 389,67	
Reembolsos e restituições	-211,41	-63,12	148,29	0%
	441 970,24	488 137,91	46 167,67	

O capítulo “**Proveitos suplementares**” totalizou o valor de 231 mil euros, com o peso de 3% com uma variação negativa de 6 mil euros. Neste capítulo destacam-se as rubricas “**EDP - Renda de Concessão**” e a renda “**Tejo Energia**” que totalizaram 176 mil euros e 45 mil euros, respetivamente.

O capítulo “**Transferências e Subsídios Obtidos**” é a que maior peso tem nos proveitos, 73%, tendo registado um aumento, face a 2018, no valor de 395 mil euros.

Decomposição das Transferências e Subsídios Obtidos

Transferências e subsídios obtidos	2018	2019	Dif (19-18)	Peso
Transferências Correntes				
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 118 075,00	3 078 547,00	-39 528,00	63%
Outras	635 222,10	652 045,24	16 823,14	13%
Participação Variável no IRS	119 306,00	117 260,00	-2 046,00	2%
Fundo Social Municipal	93 464,00	93 464,00		2%
Participação do IVA		69 292,00	69 292,00	1%
Transferências de capital				
Fundo de Equilíbrio Financeiro	346 453,00	342 061,00	-4 392,00	7%
Artigo 35º, nº 3, da Lei nº 73/2013		259 328,00	259 328,00	5%
Fundos e Serviços Autónomos	11 849,52	17 225,96	5 376,44	0%
Cooperação Técnica e Financeira	46 506,31	15 144,04	-31 362,27	0%
Transferências de Capital	3 573,50	6 022,74	2 449,24	0%
Transferências correntes				
FEADER		88 102,00	88 102,00	2%
Fundo Social Europeu		69 186,31	69 186,31	1%
Outras	39 701,83	36 080,89	-3 620,94	1%
FEDER	48 763,01	9 641,96	-39 121,05	0%
Transferências de capital				
FEDER		2 908,38	2 908,38	0%
Subsídios correntes obtidos		1 951,14	1 951,14	0%
	4 462 914,27	4 858 260,66	395 346,39	

É neste capítulo que se consideram as verbas oriundas do **Orçamento de Estado**, totalizando o valor de 3,959 milhões de euros, sendo superior em 262 mil euros, face a 2018.

Para este aumento destacamos a inclusão de duas novas rubricas, “**Artigo 35º, nº 3, da Lei nº 73/2013**” e “**Participação do IVA**” que foram introduzidas pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto que alterou a Lei nº 73/2013 de 12 de setembro.

Apesar da inclusão das rubricas mencionadas anteriormente podemos verificar que a rubrica “**Fundo de Equilíbrio Financeiro**” registou uma diminuição de 40 mil euros referentes a receitas correntes e 4.392,00 referente a receitas de capital.

Verifica-se ainda que a rubrica “**Outras**” totalizam o valor de 652 mil euros, com peso de 13% tendo registado um aumento de 17 mil euros.

Assim no quadro abaixo apresentamos decomposição da referida rubrica:

Outras	2018	2019	Dif (19-18)	Peso
DGEstE - DRSLVT - ASE	18 596,37	15 022,34	-3 574,03	0%
DGEstE - DRSLVT - AAAF	20 600,93	35 148,50	14 547,57	1%
GGF - Pessoal Ñ Docente	460 686,84	428 992,61	-31 694,23	9%
GGF - Gestão do Parque Escolar	20 000,00	20 000,00		0%
IFAP - Gabinete Florestal	13 937,14	13 937,14		0%
AFN - Sapadores Florestais	47 280,00	39 600,00	-7 680,00	1%
ANPC - Despesas Ext. C/Fogos Florestais	14 438,35	10 034,11	-4 404,24	0%
DGEstE - Prog. Gen. Refeições 1º CEB	909,76	7 245,32	6 335,56	0%
ANPC - Posicionamento de Meios - Alimentação	756,00		-756,00	
Pnaee - Plano Nac. Acção P/Eficiência Energética	3 996,00		-3 996,00	
FFP - Destruição Ninhos Vespa Volutina 2019		1 050,00	1 050,00	0%
INEM - Posto de Emergência Médica (PEM)		12 800,00	12 800,00	0%
IFAP - Estab. de Emergência Pós-Incêndio 2016		15 547,41	15 547,41	0%
Outras	34 020,71	52 667,81	18 647,10	1%
	635 222,10	652 045,24	16 823,14	

No quadro acima podemos verificar que existe uma rubrica denominada por “**Outras**” com o valor de 53 mil euros. Na mesma foram registadas as receitas referente ao acordo de cooperação do Pré-escolar celebrado com o Ministério de Educação.

De salientar ainda a o registo de subsídios provenientes dos fundos comunitários, neste caso **FEADER** e **FSE**, referente a despesa corrente, cujo o município ainda não recebeu a verba. Estamos a falar do Projeto PEDIME e candidatura de Estabilização de emergência pós incêndios no valor de 69 mil euros e 88 mil euros respetivamente.

O capítulo “**Trabalhos para a Própria Entidade**” é o que menos peso tem no total dos proveitos, totalizando o valor de 13 mil euros registando uma diminuição 48%, face a 2018.

O capítulo “**Proveitos e ganhos financeiros**” que totalizou o valor de 57 mil euros, tendo registado os seguintes resultados:

Proveitos e ganhos financeiros	2018	2019	Dif (19-18)	Peso
Rendimentos de imóveis				
Edifícios	33 579,45	30 279,31	-3 300,14	53%
Outras Construções	21 879,27	21 879,28	0,01	38%
Fundo de Apoio Municipal		4 862,99	4 862,99	9%
Outros proveitos e ganhos financeiros				
Juros de mora	0,13		-0,13	
	55 458,85	57 021,58	1 562,73	

De referir que esta rubrica inclui as rendas de habitação e lojas, bem como o valor referente à valorização das infraestruturas cedidas às Águas Vale do Tejo, S.A., assim como os rendimentos de participação de capital, neste caso do FAM.

Para finalizar é de realçar a rubrica “**Proveitos e ganhos extraordinários**”, no valor de 386 mil euros, com peso de 6%, decompondo-se da seguinte forma:

Proveitos e ganhos extraordinários	2018	2019	Dif (19-18)	Peso
Ganhos em imobilizações	3 224,00		-3 224,00	
Multas	300,00		-300,00	
Juros de Mora - Abast. Água	305,47	231,23	-74,24	0%
Juros de Mora - Rendas	1 078,52	1 282,62	204,10	0%
Juros de Mora - Outros	210,45		-210,45	
Reduções de amortizações e provisões		38 340,05	38 340,05	10%
Correcções relativas a exercícios anteriores	45 498,73	22 922,41	-22 576,32	6%
Transferências de capital				
Estado	14 761,68	18 928,34	4 166,66	5%
Serviços e Fundos Autónomos		12 278,07	12 278,07	3%
Administração Autárquica	213 356,72	207 394,15	-5 962,57	54%
Instituições Sem Fins Lucrativos	11 429,55	16 915,04	5 485,49	4%
Famílias	51,98	51,98		0%
Resto do Mundo	85 559,87	63 450,74	-22 109,13	16%
Outros Não Especificados	13 785,75	3 736,38	-10 049,37	1%
	389 562,72	385 531,01	-4 031,71	

Neste capítulo incluem-se as “**Transferências de capital**” provenientes dos fundos destinados a financiar infraestruturas e equipamentos que se vão amortizando ao longo dos anos em função dos anos de vida das mesmas. As mesmas representam um peso de 82%.

Destaca-se ainda a rubrica “**Reduções de amortizações e provisões**” tendo registado o valor de 38 mil euros. Este registo foi derivado ao facto de, no 2º semestre de 2018, se ter imputado uma taxa amortização de 25%, quando deveria ser de 5% aos seguintes imóveis:

- Imóvel nº 306 - Arruamentos de Panascos/C.M. 1245 entre Venda e herdeiros;
- Imóvel nº 329 - Arruamentos de Valhascos.

Para finalizar e como já referido anteriormente, o balanceamento entre os custos e proveitos resulta um resultado líquido do exercício de **negativo** no valor de **€ 52.069,63**.

5.3. Dívida

5.3.1 Dívida Global

O art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, estipula o limite da dívida total, prevendo que a dívida total de operações orçamentais, incluindo a das entidades previstas no art.º 54.º (entidades relevantes para o apuramento da dívida) não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

O limite da dívida total de operações orçamentais do Município de Sardoal a considerar a 31 dezembro de 2019 é de € 4.595.180,61.

Cálculo do limite da dívida

Ano	Receita corrente líquida cobrada
2018	5 522 925,12
2017	5 450 511,64
2016	5 243 761,32
Total	16 217 198,08
Média da receita	5 405 732,69
Limite dívida operações orçamentais	8 108 599,04
Total da dívida a 31 Dez 2018	3 716 826,00
Limite da dívida de operações orçamentais	8 108 599,04
Diferença	4 391 773,04
Margem (20%) - (alínea b), n.º 3 art.º 52)	878 354,61
Limite da dívida de operações orçamentais a 31/12/2019	4 595 180,61

A dívida do Município a 31/12/2019 encontra-se detalhada no quadro abaixo apresentado, totalizando € 4.699.000,37, dos quais € 2.753.926,09 correspondem a dívida de médio/longo prazo, e € 1.945.074,28 de curto prazo.

Decomposição da Dívida Total

APURAMENTO DA DÍVIDA

Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro

DESIGNAÇÃO	CARATERÍSTICA	Orçamental	Não Orçamental	Total
Dívidas a instituições de crédito	Médio / Longo prazo	2 543 434,72		2 543 434,72
Dividas a Terceiros - Componente a pagar MLP	Médio / Longo prazo	200 764,37		200 764,37
Credores - Fundo Apoio Municipal	Médio / Longo prazo	9 727,00		9 727,00
Empréstimos de curto prazo	Curto prazo	591 221,44		591 221,44
Fornecedores, c/c	Curto prazo	902 588,68		902 588,68
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	Curto prazo	2 044,38		2 044,38
Fornecedores de imobilizado, c/c	Curto prazo	141 113,83		141 113,83
Fornecedores em Conferência (Imobilizado)	Curto prazo			
Estado e outros entes públicos	Curto prazo	114 283,77	14 851,34	129 135,11
Administração autárquica	Curto prazo	86 792,07		86 792,07
Outros credores	Curto prazo	35 508,31	37 218,46	72 726,77
Fornecedores de Imobilizado - Leasing	Curto prazo			
Credores - Fundo de Apoio Municipal	Curto prazo	19 452,00		19 452,00
SUBTOTAL		4 646 930,57	52 069,80	4 699 000,37

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM), tendo, ainda, regulamentado o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

O regime de recuperação financeira municipal tem em conta as especificidades de cada município e baseia-se no princípio de repartição do esforço entre os municípios, os seus credores e o Estado e na prevalência de soluções encontradas por mútuo acordo entre o município, os credores municipais e o FAM.

Assim e considerando que a dívida referente ao FAM não releva para o perímetro da dívida total, bem como a contratação de empréstimos no âmbito da despesa referente à contrapartida nacional de projetos cofinanciados por fundos europeus. Assim a dívida excecionada ascende a € 940.432,71 fazendo com que a mesma se situe, à data de 31 dezembro de 2019 no valor de € 3.758.567,66

Decomposição da Dívida Excecionada

DÍVIDA EXCECIONADA	CARATERÍSTICA	Orçamental	Não Orçamental	Total
Fundo de Apoio Municipal - (FAM)	Curto prazo	19 452,00		19 452,00
Fundo de Apoio Municipal - (FAM)	Médio / Longo prazo	9 727,00		9 727,00
Dívidas a instituições de crédito	Médio / Longo prazo	911 253,71		911 253,71
Total dívida excecionada		940 432,71		940 432,71
TOTAL		3 706 497,86	52 069,80	3 758 567,66

Considerando ainda que a Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, estipula que para o apuramento da dívida contribui, não só a dívida contraída pelo Município, mas também a contraída pelas entidades que integram o grupo autárquico, tem-se que considerar para a dívida total o valor de € 8.260,12, conforme mapa abaixo:

Divida de outras entidades

Dívida das entidades relevantes Art. 54.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro		
Entidade	Participação	Contributo para a dívida total
AMVT - Associação de Municípios do Vale do Tejo		
CIMT - Comunidade intermunicipal do Médio Tejo	5,49%	8 260,12
Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	3,22%	
Tejo Ambiente, EIM, S.A	5,58%	
TOTAL		8 260,12

Assim sendo, a dívida total do Município de Sardoal a 31/12/2019, para o perímetro do endividamento, foi de € 3.714.757,98.

Divida Total

Dívida de operações orçamentais	Total
Do Município	3 706 497,86
Das entidades relevantes	8 260,12
Total da dívida	3 714 757,98
Limite da dívida de operações orçamentais a 31/12/2019	4 595 180,61
Margem disponível	880 422,63

Face ao limite da dívida apurado em conformidade com o n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, o Município de Sardoal não necessitou de uma margem disponível de € 880.422,63

De referir ainda e no âmbito do saneamento financeiro, de acordo com o previsto da nova Lei das Finanças Locais, nomeadamente o artº58 da mesma, referindo que montante da dívida, excluindo empréstimos, não pode ser superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Face ao exposto a situação do Município de Sardoal é a seguinte:

Saneamento Financeiro

Total da dívida de operações orçamentais	3 706 497,86
Empréstimos	2 223 402,45
Divida sem empréstimos	1 483 095,41
Limite 0,75 da média da receita corrente alinea b), nº artº 58º	4 054 299,52

5.3.2 Evolução da Dívida

Como tem sido norma, a gestão da dívida tem sido uma das grandes preocupações do Município. Neste ultimo ano tornou-se ainda mais preocupante pois com o aumento das

despesas com o pessoal, integração dos precários, o aproveitar dos fundos comunitários, o que cria incertezas na gestão tesouraria, pelo facto de o Município ter que primeiro adiantar as verbas e só depois as receber, o ter que começar a amortizar o empréstimo referente à requalificação da escola EB 2,3 e secundária, apesar de excepcionado no âmbito do endividamento, fez com que a posição a 31 dezembro de 2019 seja a seguinte:

Evolução da Dívida

	2016	2017	2018	2019	2019 - 2018
Dividas a Curto Prazo	1 638 156,31	1 579 984,40	1 721 058,16	1 945 074,28	224 016,12
Dividas Médio e Longo Prazo	3 333 580,59	2 817 905,36	2 258 164,98	2 753 926,09	495 761,11
Dívida Total	4 971 736,90	4 397 889,76	3 979 223,14	4 699 000,37	719 777,23
Diferença	-272 736,53				

Como podemos verificar nos últimos anos a dívida global tem vindo a descer, exceto neste último ano, que registou um aumento em cerca de 719 mil euros, sendo que os factos que levaram o este aumento, foram invocados anteriormente.

Em relação ao ano anterior a dívida aumentou nas duas componentes, sendo que a “**Dívida Curto Prazo**” registou um aumento de € 224.016,12, e a “**Dívida a Médio Longo Prazo**” em € 495.761,11.

Podemos ainda verificar que apesar do aumento da dívida, em relação ao ano de 2016 a mesma diminuiu em cerca de 272 mil euros.

Evolução do Prazo médio de Pagamentos

	2016	2017	2018	2019
Prazo médio de Pagamentos	115	88	83	102

Em relação ao Prazo Médio de Pagamentos, e sabendo que o mesmo está interligado à evolução da dívida, também aqui podemos verificar, que pelo menos desde 2016, o prazo tinha vindo a descer exceto este ano que aumentou para 102 dias.

6. Lei dos compromissos e Pagamentos em atraso

A lei dos compromissos e pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, estipula na redação atual do seu art.º 7.º que “A Execução Orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.”

Por pagamentos em atraso entendem-se as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato ou documentos equivalentes (alínea e) do art.º 3.º da referida lei).

Também aqui e no seguimento de anos anteriores, em que não se tinha registado pagamentos em atraso, este ano, à data de 31 dezembro de 2019, o município apresentou pagamentos em atraso no valor de € 157.479,51.

7. Factos Mais Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

8. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, e considerando:

1. A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.
2. No início de cada exercício, o resultado do exercício anterior é transferido para a conta 5911 «Resultados transitados».
3. Quando houver saldo positivo na conta 59 «Resultados transitados», o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:
 - a) Reforço do património;
 - b) Constituição ou reforço de reservas;
4. A conta 59 – Resultados transitados, a 31 dezembro 2019, apresenta um saldo devedor no valor de € 8.097.359,24;
5. No exercício de 2019 o seu Resultado Líquido do Exercício é negativo no valor de € **52.069,63**;

Face ao exposto proponho que a Câmara Municipal **aprove** a manutenção do valor negativo de € **52.069,63**, referente ao Resultado Líquido do Exercício de 2019, na rubrica Resultados Transitados.

Município de Sardoal, 15 junho de 2020

O Órgão Executivo
